

U. PORTO 100

UNIVERSIDADE DO PORTO



RELATÓRIO E CONTAS

ANO 2010

INDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	1
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. MISSÃO E VISÃO	2
2.1. MISSÃO.....	2
2.2. VISÃO.....	2
3. ENQUADRAMENTO	2
4. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ENTIDADE U.PORTO EM 2009	3
5. ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2010.....	3
6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	6
6.1. BALANÇO.....	6
6.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	8
6.3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
7. OBRIGAÇÕES FISCAIS	13
8. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS CONTAS E DA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	13
9. PERSPECTIVAS FUTURAS	14
BALANÇO	15
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	17
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRECTO	18
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	20
NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	45
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	69
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	70
ABREVIATURAS	72

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Gestão da Universidade do Porto (U.Porto) submete à apreciação dos Senhores Membros do Conselho Geral o RELATÓRIO DE GESTÃO, o BALANÇO, a DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA, a DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, o ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e demais documentos de prestação de contas previstos na lei relativos ao exercício de 2010.

1. INTRODUÇÃO

Com origens que remontam ao século XVIII, a U.Porto é actualmente a maior instituição de ensino e investigação científica de Portugal (em número de estudantes, de cursos e de áreas científicas).

No ano lectivo de 2009/2010 recebeu perto de 31.000 estudantes, 4% dos quais estrangeiros, 2.300 professores e investigadores e 1.700 funcionários não docentes nas suas 15 escolas e nas cerca de 70 unidades de investigação, distribuídas por três pólos universitários localizados na cidade do Porto.

Actualmente, os 31.000 estudantes (6.000 dos quais em pós-graduações) frequentam os 273 cursos de licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento da U.Porto.

Com 14 faculdades e uma *business school*, a U.Porto oferece uma excepcional variedade de cursos, que abrangem todos os níveis de ensino superior e todas as grandes áreas do conhecimento. Na verdade, com mais de 700 programas de formação (das licenciaturas aos doutoramentos, passando pela educação contínua), a U.Porto possui soluções de ensino para todos os públicos.

A excepcional qualificação do corpo docente (76% dos 1.920 docentes e investigadores ETI são doutorados), aliada a uma elevada qualidade da formação, têm contribuído para que a U.Porto continue a ser a mais procurada pelos candidatos ao Ensino Superior, conseqüentemente a preferida dos estudantes com as mais altas classificações escolares. Todos os anos, mais de 2.000 estudantes estrangeiros escolhem a U.Porto para completar a sua formação superior.

No domínio da valorização económica das suas actividades de investigação destacam-se as recentes parcerias com algumas das maiores empresas nacionais de que já resultaram diversas inovações com sucesso comprovado em mercados nacionais e internacionais.

Contudo, o ano de 2010 constituiu um período de grandes mudanças e de adaptação à nova realidade, em resultado da publicação dos novos estatutos da U.Porto, nomeadamente da adopção do regime fundacional e da existência de uma única entidade com personalidade jurídica. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 96/2009, de 27 de Abril, a U.Porto foi instituída pelo Estado, conforme previsto no artigo 172º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (RJIES), como uma fundação pública com regime de direito privado. Os novos estatutos da U.Porto, aprovados pela Assembleia Estatutária, reunida em 22 de Dezembro de 2008, homologados pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em 30 de Abril de 2009 e publicados no D.R. n.º 93, 2ª série, de 14 de Maio de 2009, implicaram, entre outros aspectos, a integração das 15 unidades orgânicas que compunham a U.Porto, numa única entidade com personalidade jurídica.

2. MISSÃO E VISÃO

2.1. MISSÃO

A Universidade do Porto tem por Missão a criação de conhecimento científico, cultural e artístico, a formação de nível superior fortemente ancorada na investigação, a valorização social e económica do conhecimento e a participação activa no progresso das comunidades em que se insere.

A U.Porto é uma instituição de educação, investigação e desenvolvimento, comprometida com a formação integral dos cidadãos, com o respeito pelos seus direitos e a participação activa no progresso das suas comunidades como um parceiro dinamizador e mobilizador de desenvolvimento socioeconómico e cultural, constituindo-se, hoje, como uma referência nacional, quer ao nível da qualificação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, quer ao nível da produção e difusão do conhecimento.

2.2. VISÃO

A U.Porto redefiniu recentemente a sua Visão, motivada pela celebração de uma data histórica – o primeiro centenário da Universidade a 22 de Março de 2011:

A Universidade do Porto será uma universidade de investigação, considerada uma referência nacional e internacional pela excelência das suas actividades, capaz de atrair estudantes, em particular de segundo e terceiro ciclos, docentes e investigadores de grande qualidade de todo o mundo e de realizar parcerias estratégicas com universidades de excelência, encontrando-se em 2020 entre as 100 melhores universidades a nível mundial.

3. ENQUADRAMENTO

De acordo com os dados do FMI, o crescimento real do PIB em 2010 nas economias avançadas foi de 3%, após a quebra de 3,4% verificada no ano anterior. Também as economias emergentes acentuaram o seu crescimento económico em 4,5 p.p., tendo em 2009 crescido 2,6%.

Efectivamente, no primeiro semestre de 2010, a economia mundial, impulsionada, em parte, pelo impacto das medidas de política orçamental, monetária e da reforma do sistema financeiro internacional, evidenciou sinais de uma forte recuperação que viriam, depois, ao longo do segundo semestre, a abrandar.

A zona euro cresceu, em 2010, 1,7%, após a queda significativa de 4% verificada em 2009.

Para 2011, de acordo com as projecções macroeconómicas elaboradas pelo BCE, o PIB real deverá aumentar entre 1,3% e 2,1%. A necessidade de continuar com o ajustamento de balanços em alguns sectores, aliado aos processos em curso de consolidação orçamental, deverá contribuir para as perspectivas de crescimento moderado na área do euro.

Portugal, em linha com esta tendência, depois da quebra no crescimento económico verificada em 2009 (-2,5%), recuperou em 2010, tendo o PIB registado um crescimento real de 1,4%.

Contudo, apesar do crescimento das receitas do Estado, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas, agravando significativamente o défice que se fixou em 8% do PIB, se corrigido dos efeitos cíclicos e das operações extraordinárias.

Esta divergência em matéria de consolidação orçamental, conjugada com o crescimento muito significativo da dívida pública, viriam a exigir medidas drásticas de contenção da despesa que afectaram todos os ministérios. Em 2010, como sabemos, esta tendência agravou-se, o que tem exigido um conjunto de medidas adicionais de redução da despesa pública constantes dos programas de estabilidade e crescimento.

A adaptação a esta realidade obrigou a U.Porto a encontrar novas soluções ao nível do modelo de gestão e da estrutura organizativa da Instituição, visando criar condições para o crescimento da actividade e serviços prestados pela Universidade, aumento da eficiência na utilização dos recursos e redução dos custos em 2010.

4. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ENTIDADE U.PORTO EM 2009

3/72

A partir de 1 de Julho de 2009, a contabilidade da U.Porto passou a conter as relevações contabilísticas dos factos patrimoniais relativos à Reitoria reportados a 30 de Junho e a partir desta data, i.e., a partir de 1 de Julho de 2009, os factos patrimoniais da Reitoria relativos a todo o ano e os factos patrimoniais das restantes unidades orgânicas no que diz respeito apenas ao 2º semestre de 2009.

Pelo referido, o balanço reportado a 31 de Dezembro de 2009 apresentado nestas contas, reflecte a posição financeira da U.Porto como um todo, no entanto, a demonstração dos resultados, reportada à mesma data, inclui apenas a relevação contabilística dos custos e proveitos relativos aos factos patrimoniais ocorridos no 2º semestre, no que respeita às unidades orgânicas, e ainda à relevação da totalidade dos custos e proveitos relativos à Reitoria.

5. ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2010

As actividades realizadas em 2010 serão objecto de análise detalhada no Relatório de Actividades Integrado de 2010 da U.Porto.

Em resumo, podemos dizer que, apesar do esforço desenvolvido para que a U.Porto se adaptasse em pleno às profundas alterações legislativas ocorridas nos anos anteriores, foi possível cumprir, na generalidade, o Plano de Acção Integrado aprovado para o ano de 2010 e concretizar as metas assumidas oportunamente pela totalidade do universo que integra a Universidade. De facto, a partir da análise dos indicadores que permitem aferir o grau de concretização dos objectivos definidos, poder-se-á concluir que o balanço da actividade desenvolvida em 2010 é positivo, não só ao nível das áreas estratégicas (Formação, Investigação, Internacionalização e Governança), mas também ao nível dos domínios transversais e de suporte.

No que se refere à “Excelência na Formação”, a U.Porto desenvolveu todos os esforços para prosseguir a (i) Análise e avaliação da oferta formativa da U.Porto, em todos os ciclos de estudo, determinando-se a sua adequabilidade às necessidades - imediatas e de médio prazo - do mercado e às expectativas dos - passados, actuais e potenciais – estudantes; o (ii) Reforço da oferta quantitativa e qualitativa de formação pós-graduada (2º e 3º ciclos), apoiada quer nas potencialidades da U.Porto, quer nas unidades de I&D que integram a Universidade, incentivando-se a organização conjunta de cursos multidisciplinares por várias UOs, também em língua estrangeira; bem como a (iii) Criação de cursos de pós-graduação, orientados para as necessidades específicas do mercado, em colaboração estreita com o mundo empresarial, que convidem à integração na U.Porto de graduados empregados.

Os condicionalismos, de nível interno, que impediram uma realização plena das actividades planeadas no âmbito da formação decorreram essencialmente do ano em análise ter ficado marcado pela necessidade de se concluir as transformações resultantes do novo enquadramento estatutário, dando-se início, em particular, à instituição dos mecanismos de avaliação contínua em cumprimento do definido no programa específico de desenvolvimento, celebrado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) ao abrigo do Contrato de Confiança.

Contudo, como atestam os indicadores de actividade, as metas quantitativas fixadas foram na generalidade atingidas ou mesmo ultrapassadas, facto que dá alento para que se conclua, em 2011, a revisão da oferta formativa, graduada e não graduada, tendo em vista a melhoria da sua qualidade, a renovação/diversificação da sua oferta, o aumento da multidisciplinaridade, o alargamento de horizontes (retirando o exagerado enfoque numa área científica específica), bem como o melhor aproveitamento dos recursos existentes, em linha aliás com o previsto no Plano de Actividades Integrado 2011.

As actividades previstas para 2010 no âmbito da Investigação tiveram como meta estratégica a “Excelência na Investigação: Tornar a U.Porto numa *Research University* aumentando a quantidade e a qualidade dos trabalhos de investigação”. Assim, as actividades desenvolvidas tiveram como objectivo comum, não só consolidar a posição de liderança da Universidade no contexto nacional, mas sobretudo reforçar o seu reconhecimento internacional enquanto Universidade de Investigação.

Foi por isso iniciada em 2010 uma reflexão sobre as áreas estratégicas prioritárias de investigação da Universidade tendo em conta, nomeadamente, as áreas emergentes a nível internacional e as áreas nas quais a U.Porto já demonstrou ter competências relevantes. Foram ainda reforçadas as relações de proximidade entre as várias unidades de investigação que constituem o universo da U.Porto, desenvolvendo-se para tal uma estratégia concertada que, preservando a diversidade e a identidade de cada unidade, se baseie nas melhores práticas dos centros de excelência.

Em 2011, prosseguir-se-á os trabalhos atinentes à estabilização de uma política consolidada para as actividades de I&D+i, procurando em especial solidificar os mecanismos de extinção ou integração de unidades de I&D, à luz do seu alinhamento com as áreas estratégicas da Universidade. Importará ainda estabilizar os critérios adstritos quer à constituição, quer à manutenção das unidades de I&D+i, atentas as avaliações internacionais a que são sujeitas.

O “Reforço da Internacionalização: Alargar o grau de internacionalização da U.Porto” afigurou-se, em 2010, como mais um objectivo estratégico da Universidade. A essa luz foi definido um plano de acção que se desenvolveu segundo um conjunto coerente de medidas, das quais se destaca a (i) Divulgação da estratégia de internacionalização da U.Porto, sensibilizando-se as estruturas mais directamente envolvidas e os diversos públicos que interagem com a Universidade para a importância da mobilidade; a (ii) Promoção da efectiva comparabilidade internacional de cursos e de práticas pedagógicas; bem como a (iii) Celebração de acordos de cooperação com Universidades internacionais que se enquadrem nos objectivos estratégicos da U.Porto e que visem, nomeadamente, a atracção de estudantes estrangeiros por períodos curtos de permanência ou a obtenção de graus da U.Porto.

Neste domínio, poder-se-á afirmar que as metas assumidas para 2010 foram concretizadas na sua plenitude. A U.Porto ocupa hoje, para além de uma posição de destaque no contexto nacional, uma posição de relevo no contexto internacional, contribuindo para tal as diversas dimensões avaliadas: mobilidade, estudantes estrangeiros na U.Porto para obtenção de um grau, investigadores e docentes estrangeiros com actividade regular na U.Porto ou acordos de cooperação com universidades estrangeiras.

Em 2010, a U.Porto definiu também como prioritário um conjunto de acções no domínio da governação e da gestão que tiveram como objectivo a “Agilização da governação e da gestão: Garantir uma governação e uma gestão eficaz e eficiente da U.Porto”.

Muito embora tenham sido desenvolvidos todos os esforços para que as medidas previstas nesta sede fossem na sua totalidade executadas, apenas parte foram concretizadas atendendo a que o ano que agora termina ficou marcado quer pelo início do mandato da actual equipa reitoral, quer pela consolidação do novo quadro estatutário da Universidade e dos seus novos órgãos de governo. Deu-se ainda assim início às tarefas tidas por mais relevantes. Em particular, foram iniciados os trabalhos atinentes à reformulação da actual estrutura orgânica da U. Porto, fixando como metas a atingir a racionalização das actividades, os ganhos de eficiência e de eficácia na utilização dos recursos humanos e materiais, bem como a simplificação, a desmaterialização e a qualidade dos processos administrativos, potenciando em particular a acção do Centro de Recursos e Serviços Comuns da U.Porto. Desenvolveram-se ainda esforços relevantes com vista à concretização da constituição da Escola Doutoral e à integração na U.Porto dos institutos de I&D afiliados, clarificando-se em particular o seu enquadramento institucional. Por fim, e no domínio do Planeamento e Controlo de Gestão, é de assinalar a conclusão dos trabalhos relativos à implantação do sistema integrado de informação contabilística e de gestão na U.Porto.

Face a este contexto, em 2011, em paralelo com as novas metas estratégicas traçadas, incluindo as que resultaram da assinatura do Contrato de Confiança com o Governo, são retomados alguns dos objectivos fixados para 2010, não integralmente cumpridos, bem como as actividades consideradas necessárias para que se cumpram, nos prazos estabelecidos. O Plano de Actividades Integrado 2011 obedeceu a tal enquadramento, pelo que deve ser naturalmente entendido como uma peça indispensável de orientação e alinhamento no ano que agora se inicia.

6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

6.1. BALANÇO

ACTIVO LÍQUIDO

Em 2010, o ACTIVO LÍQUIDO da U.Porto ascendeu a 656.368 milhares de Euros, o que representou um acréscimo de 6% face a 2009. Contudo, e tal como se pode constatar pelo QUADRO 1, não se verificaram alterações significativas em termos da estrutura.

QUADRO 1: ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO – 2010 E 2009

Activo Líquido	Em milhares de Euros					
	2010		2009		Variação 2010-2009	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Imobilizado	526.106	80%	495.190	80%	30.916	6%
Imobilizações incorpóreas	261	0,04%	401	0,1%	(140)	(35%)
Imobilizações corpóreas	512.961	78%	482.344	78%	30.616	6%
Investimentos financeiros	12.884	2%	12.444	2%	440	4%
Circulante	127.280	19%	122.274	20%	5.005	4%
Existências	1.269	0,2%	1.348	0,2%	(79)	(6%)
Dívidas de terceiros	69.737	11%	71.182	11%	(1.445)	(2%)
Disponibilidades	56.273	9%	49.744	8%	6.529	13%
Acréscimos e diferimentos	2.983	0,5%	2.533	0,4%	450	18%
Total	656.368	100%	619.996	100%	36.372	6%

Da análise do quadro anterior, constata-se que o ACTIVO FIXO, que representa 80% do ACTIVO LÍQUIDO, ascendeu a 526.106 milhares de Euros, tendo evidenciado uma variação positiva de 6% face ao exercício anterior. Esta evolução assenta essencialmente nas IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS que verificaram um aumento de 30.616 milhares de Euros, mais concretamente da rubrica de IMOBILIZADO EM CURSO, em virtude do acréscimo de cerca de 26 milhões de Euros relativo às obras de construção das novas instalações do ICBAS/FFUP e da FMUP.

O ACTIVO CIRCULANTE, que representa 19% do ACTIVO LÍQUIDO em 2010, cifrou-se em 127.280 milhares de Euros. Nesta componente do ACTIVO, salientam-se as DÍVIDAS DE TERCEIROS no montante de 69.737 milhares de Euros, que evidenciam um peso relativo significativo de 11%. Com efeito, no final de 2010 cerca de 20 milhões de Euros diziam respeito aos contratos de financiamento celebrados com o POVT, no âmbito as obras já referidas, e cerca de 8 milhões de Euros encontravam-se relacionados com os contratos de financiamento relativos a programas de mobilidade e cooperação.

Por fim, importa realçar as DISPONIBILIDADES que representam 9% do ACTIVO LÍQUIDO e que em 2010 atingiram 56.273 milhares de Euros. Note-se que grande parte deste montante corresponde a verbas consignadas, nomeadamente de investigação e de investimentos em curso.

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Tal como se pode constatar pelo QUADRO 2, em 2010 verificou-se uma alteração, embora pouco significativa, do peso relativo das rubricas dos FUNDOS PRÓPRIOS e do PASSIVO.

QUADRO 2: ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO – 2010 E 2009

Em milhares de Euros

Fundos Próprios e Passivo	2010		2009		Variação 2010-2009	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
FUNDOS PRÓPRIOS	467.509	71%	458.787	74%	8.722	2%
Património	442.025	67%	442.024	71%	1	0,0002%
Reservas	2.605	0,4%	2.381	0,4%	224	9%
Resultados transitados	13.262	2%	17.023	3%	(3.762)	(22%)
Resultado líquido do exercício	9.617	1%	(2.642)	(0,4%)	12.259	464%
PASSIVO	188.859	29%	161.209	26%	27.650	17%
Provisões para riscos e encargos	5	0,001%	20	0,003%	(15)	(75%)
Dívidas a terceiros	15.379	2%	10.193	2%	5.186	51%
Acréscimos e diferimentos	173.475	26%	150.996	24%	22.479	15%
TOTAL	656.368	100%	619.996	100%	36.372	6%

Em 2010, os FUNDOS PRÓPRIOS atingiram 467.509 milhares de Euros, representando 71% do ACTIVO LÍQUIDO. O acréscimo de 2% face a 2009, é essencialmente explicado pela evolução positiva do RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, que será analisado mais adiante.

Relativamente ao PASSIVO, que ascendeu a 188.859 milhares de Euros, verificou-se um acréscimo de 17%. Esta variação encontra-se associada aos ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS, nomeadamente à rubrica de PROVEITOS DIFERIDOS, na sua componente de SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO E SUBSÍDIOS CORRENTES. No final de 2010, destacam-se os PROVEITOS DIFERIDOS relacionados com os financiamentos obtidos para a construção e equipamento das novas instalações do ICBAS/FFUP e da FMUP, que ascenderam a 54.608 milhares de Euros, justificando mais de 31% do saldo da rubrica. Por outro lado, no âmbito da estratégia de internacionalização da U.Porto, destacam-se ainda os PROVEITOS DIFERIDOS no montante 12.640 milhares de Euros relacionados com os financiamentos dos projectos de mobilidade e de cooperação.

De realçar, o elevado peso das componentes de SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO e de SUBSÍDIOS CORRENTES que conjuntamente ascenderam a 147.015 milhares de Euros, representando 78% do total do PASSIVO. De acordo

com o princípio da especialização do exercício, os financiamentos obtidos foram diferidos e encontram-se a ser transferidos ao longo dos exercícios para resultados, através do seu reconhecimento como proveitos, na proporção, respectivamente, dos custos incorridos e das amortizações dos bens subsidiados.

Salienta-se, contudo, que estas sub-rubricas não constituem um «verdadeiro passivo», resultando antes da aplicação do princípio da especialização dos exercícios. Se se expurgasse o montante das rubricas de PROVEITOS DIFERIDOS referidas, obter-se-ia um PASSIVO no montante de 41.845 milhares de Euros, que representaria cerca de 6% do ACTIVO LÍQUIDO.

6.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS incluída na prestação de contas da U.Porto relativa ao exercício de 2009, apenas abrangeu o resultado das operações de 2009 da entidade Universidade do Porto (Reitoria), assim como as realizadas pelas unidades orgânicas a partir de 1 Julho. Por esse motivo e, para efeitos de comparabilidade com 2010, foram reclassificados para as respectivas contas, os custos e os proveitos do 1º semestre de 2009 das unidades orgânicas, evidenciados no Balanço em 2009 na rubrica de resultados transitados. O objectivo foi que os custos e proveitos de 2009, incluídos nos quadros seguintes, reflectissem as operações ocorridas durante todo o exercício pela U.Porto, tal como aconteceu no ano de 2010.

Tal como se pode constatar pelo QUADRO 3, não se verificaram face a 2009, alterações significativas de estrutura de PROVEITOS da U.Porto.

8/72

QUADRO 3: ESTRUTURA DE PROVEITOS – 2010 E 2009

Proveitos	<i>Em milhares de Euros</i>					
	2010		2009		Variação 2010-2009	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Vendas e prestações de serviços	16.290	7%	15.960	8%	330	2%
Impostos e taxas	35.537	16%	33.146	16%	2.391	7%
Proveitos suplementares	907	0,4%	1.382	1%	(474)	(34%)
Transferências e subsídios correntes obtidos	162.734	74%	154.282	73%	8.452	5%
Outros proveitos e ganhos operacionais	117	0,1%	1	0,001%	116	10.795%
Proveitos operacionais	215.585	98%	204.771	97%	10.814	5%
Proveitos e ganhos financeiros	416	0,2%	405	0,2%	11	3%
Proveitos correntes	216.001	98%	205.176	98%	10.825	5%
Proveitos e ganhos extraordinários	4.864	2%	5.160	2%	(296)	(6%)
Proveitos totais	220.865	100%	210.336	100%	10.530	5%

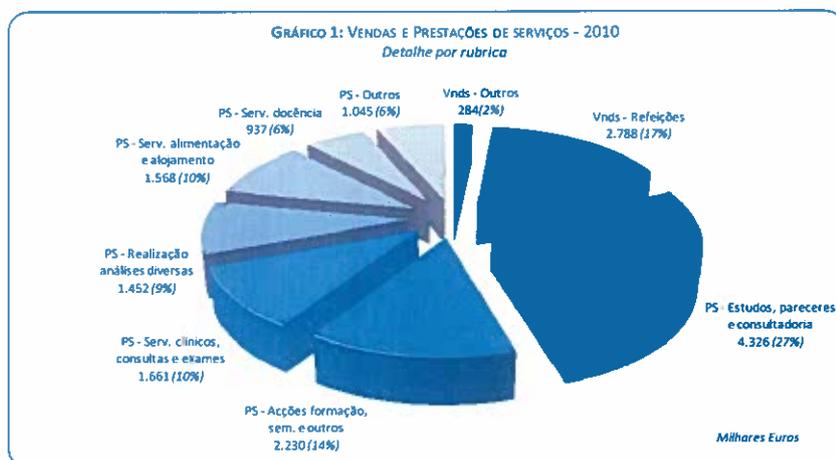
No exercício agora findo, os PROVEITOS ascenderam a 220.865 milhares de Euros, o que representou um acréscimo de 5%. Esta variação encontra-se fundamentalmente associada ao aumento do financiamento do Estado atribuído à U.Porto.

Com efeito, a rubrica com maior expressão na U.Porto consiste nas TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS, que ascendeu a 162.734 milhares de Euros, representando em 2010 cerca de 74% do total dos proveitos. Cerca de 84% desta rubrica diz respeito ao *plafond* atribuído pelo Estado, em conformidade com a Lei do Financiamento das Universidades, que no ano transacto se cifrou em cerca de 138.231¹ milhares de Euros, embora apenas 136.584 milhares de Euros tivessem sido afectos a actividades correntes. Note-se que em 2009 o *plafond* atribuído pelo Estado ascendeu 124.061 milhares de Euros, o que representa um acréscimo de 11%, tendo sido afecto a actividades correntes o montante de 122.476 milhares de Euros. Importa salientar que parte desta variação positiva em 2010 na rubrica de TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS, foi absorvida pelo impacto negativo resultante do facto da DGES ter alterado o procedimento relativo às transferências efectuadas para Serviços de Acção Social no âmbito das bolsas de estudo. Com efeito, a partir de Janeiro de 2010, as bolsas de estudo passaram a ser pagas aos estudantes directamente pela DGES, sem a intermediação dos Serviços de Acção Social.

As VENDAS e PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, que evidenciam um peso relativo de 7%, revelaram-se relativamente estáveis face a 2009, tendo ascendido em 2010 a 16.290 milhares de Euros.

As VENDAS corresponderam fundamentalmente às refeições nos estabelecimentos dos Serviços de Acção Social.

No que diz respeito à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, para além das áreas de ensino e de investigação, que constituem as suas principais actividades, a U.Porto presta um leque muito vasto de serviços. Note-se contudo, que os serviços praticados por cada unidade orgânica são muito diferenciados, uma vez que cada uma desenvolve a sua actividade em áreas muito específicas e distintas. De uma forma genérica, destacaram-se em 2010 as PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS relacionadas com ESTUDOS, PARECERES E CONSULTADORIA, ACÇÕES DE FORMAÇÃO, SEMINÁRIOS E OUTROS e SERVIÇOS CLÍNICOS, CONSULTAS E EXAMES.



No que diz respeito a IMPOSTOS E TAXAS, o montante de 35.537 milhares de Euros evidenciado em 2010 corresponde a 16% do total dos PROVEITOS e compreende essencialmente as propinas reconhecidas no exercício.

Por fim, importa destacar o montante de 4.864 milhares de Euros evidenciado em 2010 na rubrica de PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS, sendo que 3.758 milhares de Euros (77%) correspondem, ao reconhecimento dos proveitos relacionados com subsídios ao investimento, na proporção das amortizações dos respectivos bens subsidiados.

¹ Cerca de 1,6 milhões de Euros foram afectos a actividades de investimento, influenciando o BALANÇO na rubrica de PROVEITOS DIFERIDOS.

QUADRO 4: ESTRUTURA DE CUSTOS – 2010 E 2009

Em milhares de Euros

Custos	2010		2009		Variação 2010-2009	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	2.546	1%	2.615	1%	(70)	(3%)
Fornecimentos e serviços externos	34.403	16%	31.919	15%	2.484	8%
Custos com o pessoal	146.824	70%	141.851	68%	4.973	4%
Transferências correntes conc. e prest. sociais	11.414	5%	17.723	8%	(6.309)	(36%)
Amortizações do exercício	12.848	6%	12.394	6%	453	4%
Provisões do exercício	1.002	0,5%	1.048	0,5%	(46)	(4%)
Outros custos e perdas operacionais	783	0,4%	581	0,3%	202	35%
Custos operacionais	209.820	99%	208.131	99%	1.689	1%
Custos e perdas financeiras	78	0,04%	90	0,04%	(12)	(13%)
Custos correntes	209.898	99%	208.221	100%	1.677	1%
Custos e perdas extraordinários	1.350	0,6%	975	0,5%	375	38%
Custos totais	211.248	100%	209.196	100%	2.052	1%

10/72

Em 2010, o total dos CUSTOS da U.Porto ascendeu a 211.248 milhares de Euros, o que representou um acréscimo de 1% face a 2009. Como se pode constatar pelo QUADRO 4, à semelhança dos PROVEITOS, não se verificaram alterações significativas da estrutura de custos da U.Porto.

A rubrica com maior expressão consiste nos CUSTOS COM PESSOAL, que representam 70% dos custos da U.Porto em 2010. Note-se que esta rubrica tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos, em virtude de ter sido estabelecida em 2007 a contribuição mensal de 7,5% para Caixa Geral de Aposentações, aumentada para 11% em 2008 e para 15% em 2010, acrescida das actualizações salariais estabelecidas legalmente anualmente.

Destaca-se ainda a rubrica de FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS, que no ano transacto representou 16% do total dos custos, tendo registado um aumento de 8%. Uma vez que a generalidade das transacções da U.Porto estão relacionadas com o ensino e investigação, actividades isentas de IVA, nos termos do artigo 9º do CIVA, o imposto que onera essas transacções não pode ser alvo de dedução, sendo por esse motivo considerado um custo do exercício. Por esse motivo, o aumento do IVA ocorrido em 2010 teve necessariamente um impacto negativo nesta rubrica.

Note-se, contudo, que os aumentos de custos referidos anteriormente foram parcialmente absorvidos pelo decréscimo verificado na rubrica de TRANSFERÊNCIAS CORRENTES. Esta rubrica, que evidenciou em 2010 um peso relativo de 5%, registou um decréscimo de 6.309 milhares de Euros. Esta variação negativa de 36% foi fundamentalmente explicada pelo facto da DGES ter alterado o procedimento relativo às transferências efectuadas para os Serviços de Acção Social no âmbito das bolsas de estudo, tal como já referido.

QUADRO 5: RESULTADOS – 2010 E 2009

Em milhares de Euros

Resultados	2010	2009	Variação 2010-2009	
			Absoluta	Relativa
Resultados operacionais	5.765	(3.360)	9.126	272%
Resultados financeiros	338	315	23	7%
Resultados correntes	6.104	(3.045)	9.149	300%
Resultados extraordinários	3.513	4.184	(671)	(16%)
Resultado líquido do exercício	9.617	1.139	8.478	744%

Os RESULTADOS da U.Porto evidenciam em 2010 um comportamento bastante favorável face a 2009. O RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ascendeu a 9.617 milhares de Euros, tal como decorre da análise detalhada efectuada aos CUSTOS e PROVEITOS. No que diz respeito aos RESULTADOS OPERACIONAIS e RESULTADOS CORRENTES, embora positivos, na verdade encontram-se subavaliados no montante de 3.758 milhares de Euros. Tal como já referido, cerca de 77% dos PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS resultam do reconhecimento dos proveitos relacionados com subsídios ao investimento, na proporção das amortizações dos respectivos bens subsidiados. Efectivamente, nas Universidades estes proveitos não são de facto PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS, mas antes OPERACIONAIS, constituindo uma das principais fontes permanentes de financiamento.

11/72

QUADRO 6: INDICADORES – 2010 E 2009

Em milhares de Euros

Indicadores	2010	2009	Variação 2010-2009	
			Absoluta	Relativa
Cash-Flow				
(RLE + Amortizações + Provisões)	23.467	14.582	8.885	61%
EBITDA				
(Resultados operacionais + Amortizações + Provisões)	19.615	10.082	9.533	95%

A U.Porto gerou, no ano de 2010, CASH-FLOW e um EBITDA positivos de, respectivamente, 23.467 milhares de Euros e 19.615 milhares de Euros.

6.3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Durante o exercício de 2010, a totalidade dos recebimentos atingiram o montante 245.359 milhares de Euros, tendo superado em cerca de 3% a totalidade dos pagamentos e permitiram a obtenção de um excedente de caixa e seus equivalentes no montante 6.529 milhares de Euros.

QUADRO 7: ESTRUTURA DOS RECEBIMENTOS/ PAGAMENTOS – 2010 E 2009

Em milhares de Euros

	2010		2009		Variação 2010-2009	
	Valor	% Rec.	Valor	% Rec.	Absoluta	Relativa
Recebimentos provenientes de:						
Actividades operacionais	214.166	87%	208.428	95%	5.738	3%
Clientes	18.187	7%	16.010	7%	2.177	14%
Estudantes	33.326	14%	32.396	15%	929	3%
Financiamento do Estado	136.584	56%	131.861	60%	4.723	4%
Sub. correntes - Investigação	16.029	7%	16.798	8%	(769)	(5%)
Sub. correntes - Outros	8.646	4%	9.765	4%	(1.119)	(11%)
Outros	1.394	1%	1.598	1%	(204)	(13%)
Actividades de investimento	31.193	13%	11.751	5%	19.442	165%
Financiamento do Estado	1.647	1%	1.585	1%	62	4%
Sub. investimento - Investigação	698	0,3%	667	0,3%	31	5%
Sub. investimento - Outros	28.826	12%	9.458	4%	19.368	205%
Outros	21	0,01%	40	0,02%	(20)	(48%)
Actividades de financiamento	-	-	-	-	-	-
Total de Recebimentos	245.359	100%	220.179	100%	25.179	11%
Pagamentos respeitantes a:						
Actividades operacionais	200.674	82%	197.535	90%	3.139	2%
Fornecedores	39.593	16%	35.796	16%	3.797	11%
Pessoal	148.407	60%	140.589	64%	7.818	6%
Outros	12.675	5%	21.151	10%	(8.476)	(40%)
Actividades de investimento	38.155	16%	18.715	8%	19.440	104%
Investimentos financeiros	390	0,2%	2.301	1%	(1.911)	(83%)
Imobilizações corpóreas	37.683	15%	16.184	7%	21.499	133%
Imobilizações incorpóreas	82	0,03%	230	0,1%	(147)	(64%)
Actividades de financiamento	-	-	-	-	-	-
Total de Pagamentos	238.829	97%	216.250	98%	22.580	10%
Fluxo das actividades operacionais	13.492	5%	10.893	5%	2.598	24%
Fluxo das actividades investimento	(6.962)	(3%)	(6.964)	(3%)	1	(0,02%)
Fluxo das actividades financiamento	-	-	-	-	-	-
Variação de Caixa e seus equivalentes	6.529	3%	3.930	2%	2.600	66%

Os recebimentos provenientes das actividades operacionais, no montante de 214.166 milhares de Euros, representam 87% da globalidade dos recebimentos, enquanto os provenientes de actividades de investimento corresponderam a 13% do total dos recebimentos. A redução do peso relativo dos recebimentos relacionados com as actividades operacionais, em contrapartida dos recebimentos relacionados com as actividades de investimento decorre do efeito do aumento dos recebimentos relacionados com os financiamentos de obras de grande envergadura da U.Porto.

Relativamente a estes investimentos, cujos recebimentos se cifraram em 28.826 milhares de Euros, destacam-se os relativos à construção das novas instalações ICBAS/FFUP e FMUP, cujo montante ascendeu a 21.298 milhares de Euros (cerca de 5.920 milhares de Euros relativos ao financiamento do PIDDAC e 15.378 milhares

de Euros ao POVT), à eficiência energética (5.882 milhares de Euros), ao projecto SAMA (566 milhares de Euros) e ao protocolo com o Santander (580 milhares de Euros).

De referir que o financiamento das actividades operacionais por parte de Estado, no montante de 136.584 milhares de Euros, apenas permitiu cobrir 92% dos encargos com pessoal e representaram 56% do total dos recebimentos totais. O restante financiamento das actividades operacionais proveio dos estudantes, que contribuiu com 14%, dos clientes e da investigação que contribuíram ambos com 7% e das restantes actividades que contribuíram com 5% do total dos recebimentos das actividades operacionais.

O fluxo das actividades operacionais foi positivo, no montante de 13.492 milhares de Euros, em virtude de os recebimentos provenientes das actividades operacionais terem superado os pagamentos em cerca de 5%.

Conforme anteriormente mencionado, decorrente da promoção de um conjunto de obras de grande envergadura na U.Porto, o fluxo de actividades de investimento foi negativo em 6.962 milhares de Euros. Dado que os subsídios obtidos não foram suficientes para suportar as actividades de investimento, foi fundamental recorrer ao autofinanciamento, permitido pelo fluxo financeiro gerado pelas actividades operacionais.

7. OBRIGAÇÕES FISCAIS

No cumprimento do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Gestão informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, pelo que não existe qualquer dívida vencida.

13/72

8. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS CONTAS E DA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

É convicção do Conselho de Gestão de que o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas, que foram elaboradas de acordo com o POC – Educação e as normas e princípios contabilísticos geralmente aceites, retratam de forma clara e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações da entidade contabilística U. Porto.

Pelo referido, e tendo em conta que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 se apurou um Resultado Líquido do Exercício positivo, no montante de 9.617.167 Euros, o Conselho de Gestão propõe:

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas.
- Que a totalidade do RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO seja transferido para RESULTADOS TRANSITADOS.

9. PERSPECTIVAS FUTURAS

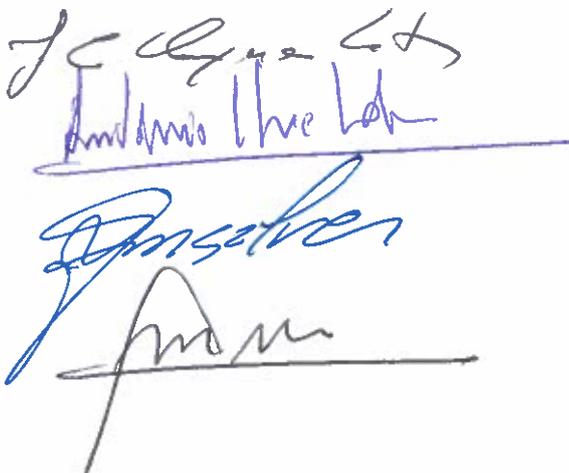
A estratégia da U.Porto, bem como a identificação da forma consolidada das acções a implementar nos próximos anos, consta de documentos autónomos denominados:

- Plano Estratégico e Grandes Linhas de Acção U.Porto 2011-2015;
- Plano de Actividades Integrado 2011 - U.Porto.

Estes documentos podem ser consultados na página institucional da U.Porto.

Porto, 7 de Abril de 2011

O Conselho de Gestão



Handwritten signatures of the Board of Management members, including names like João Augusto, António Luís, and José Carlos, with horizontal lines underneath.

BALANÇO

ACTIVO	2010		2009	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	-	-	-	-
Despesas de investigação e de desenvolvimento	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	480.831	(260.194)	220.636	313.400
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	40.706	-	40.706	88.052
Adiantamentos por conta imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
	<u>521.536</u>	<u>(260.194)</u>	<u>261.342</u>	<u>401.451</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	191.386.589	-	191.386.589	191.386.589
Edifícios e outras construções	326.774.139	(84.985.196)	241.788.943	242.634.609
Equipamento e material básico	66.575.597	(48.000.231)	18.575.366	19.054.634
Equipamento de transporte	692.867	(532.370)	160.497	141.943
Ferramentas e utensílios	467.878	(396.962)	70.916	61.273
Equipamento administrativo	40.509.145	(33.665.497)	6.843.648	6.703.485
Taras e vasilhame	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	5.907.352	(2.993.451)	2.913.901	2.884.473
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	49.040.040	-	49.040.040	18.807.763
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	2.180.856	-	2.180.856	669.614
	<u>683.534.465</u>	<u>(170.573.707)</u>	<u>512.960.757</u>	<u>482.344.384</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	11.580.091	-	11.580.091	11.440.091
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
Investimentos em imóveis	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos concedidos	1.303.583	-	1.303.583	1.003.583
Imobilizações em curso de investimentos financeiros	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
	<u>12.883.675</u>	<u>-</u>	<u>12.883.675</u>	<u>12.443.675</u>
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	388.477	-	388.477	522.603
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Mercadorias	921.040	(40.213)	880.827	825.394
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
	<u>1.309.517</u>	<u>(40.213)</u>	<u>1.269.304</u>	<u>1.347.997</u>
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo:				
Outros devedores	-	-	-	794.000
				<u>794.000</u>
Dívidas de terceiros - curto prazo:				
Empréstimos concedidos	-	-	-	-
Clientes c/c	3.119.765	-	3.119.765	2.322.007
Alunos c/c	6.376.177	-	6.376.177	5.730.916
Utentes c/c	671.466	-	671.466	609.160
Clientes, alunos e utentes - Títulos a receber	-	-	-	-
Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	3.682.596	(3.679.194)	3.402	-
Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	2.092	-	2.092	1.614
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	194	-	194	49
Estado e outros entes públicos	105.347	-	105.347	121.537
Outros devedores	60.026.084	(567.530)	59.458.554	61.602.908
	<u>73.983.722</u>	<u>(4.246.724)</u>	<u>69.736.998</u>	<u>70.388.191</u>
Títulos negociáveis:				
Acções	-	-	-	-
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
Títulos da dívida pública	-	-	-	-
Outros títulos	-	-	-	-
Outras aplicações de tesouraria	325.906	-	325.906	922.228
	<u>325.906</u>	<u>-</u>	<u>325.906</u>	<u>922.228</u>
Depósitos bancários e caixa:				
Conta no Tesouro	5.683.941	-	5.683.941	5.159.131
Depósitos em instituições financeiras	50.165.826	-	50.165.826	43.568.556
Caixa	97.597	-	97.597	94.124
	<u>55.947.364</u>	<u>-</u>	<u>55.947.364</u>	<u>48.821.810</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acréscimos de proveitos	2.237.317	-	2.237.317	1.849.097
Custos diferidos	745.763	-	745.763	683.593
	<u>2.983.080</u>	<u>-</u>	<u>2.983.080</u>	<u>2.532.689</u>
Total de amortizações		<u>(170.833.902)</u>		
Total de provisões		<u>(4.286.936)</u>		
Total do Activo	831.489.264	(175.120.838)	656.368.426	619.996.425

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	2010	2009
FUNDOS PRÓPRIOS:		
Património	442.025.179	442.024.495
Ajustamentos de partes de capital em empresas ou entidades	-	-
Reservas de reavaliação	-	-
Reservas:		
Reservas legais	282.001	282.001
Reservas estatutárias	-	-
Reservas contratuais	-	-
Reservas livres	1.620.585	1.620.585
Subsídios	-	-
Doações	702.499	478.759
Reservas decorrentes da transferência de activos	-	-
Resultados transitados	13.261.824	17.023.477
Resultado líquido do exercício	9.617.167	(2.642.190)
Total dos Fundos Próprios	<u>467.509.256</u>	<u>458.787.126</u>
PASSIVO:		
Provisões para riscos e encargos:	5.000	20.000
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:	-	-
Dívidas a terceiros - curto prazo:		
Empréstimos por dívida titulada	2.742	-
Empréstimos por dívida não titulada	-	-
Fornecedores, c/c	1.063.498	1.673.111
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	3.191	1.296
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar	-	-
Credores pela execução do orçamento	-	-
Adiantamentos de clientes, alunos e utentes	-	-
Fornecedores de imobilizado, c/c	10.140.836	4.118.935
Estado e outros entes públicos	3.080.011	3.205.633
Outros credores	1.088.665	1.194.328
	<u>15.378.943</u>	<u>10.193.303</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	18.968.280	19.347.301
Proveitos diferidos	154.506.948	131.648.696
	<u>173.475.228</u>	<u>150.995.997</u>
Total do Passivo	<u>188.859.170</u>	<u>161.209.300</u>
Total dos Fundos próprios e Passivo	<u>656.368.426</u>	<u>619.996.425</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

	2010		2009	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias	169.720		114.950	
Matérias	<u>2.375.897</u>	2.545.618	<u>1.182.207</u>	1.297.156
Fornecimentos e serviços externos	34.402.834		18.238.932	
Custos com o pessoal				
Remunerações	125.569.346		69.318.598	
Encargos sociais	21.254.943		9.824.596	
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	<u>11.414.032</u>	192.641.156	<u>10.276.932</u>	107.659.058
Amortizações do exercício	12.847.518		7.553.108	
Provisões do exercício	<u>1.002.097</u>	13.849.615	<u>873.322</u>	8.426.429
Outros custos e perdas operacionais	<u>783.204</u>	783.204	<u>416.787</u>	<u>416.787</u>
(A)		<u>209.819.594</u>		<u>117.799.431</u>
Custos e perdas financeiros		<u>78.104</u>		<u>48.333</u>
(C)		<u>209.897.697</u>		<u>117.847.764</u>
Custos e perdas extraordinários		<u>1.350.481</u>		<u>393.343</u>
(E)		<u>211.248.178</u>		<u>118.241.107</u>
Resultado líquido do exercício		<u>9.617.167</u>		<u>(2.642.190)</u>
		<u>220.865.346</u>		<u>115.598.917</u>
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas e prestações de serviços				
Vendas	3.071.879		1.370.762	
Prestações de serviços	<u>13.218.213</u>	16.290.091	<u>7.272.024</u>	8.642.786
Impostos e taxas	35.536.776		17.385.860	
Variação da produção	-		-	
Trabalhos para a própria entidade	-		-	
Proveitos suplementares	907.360		810.844	
Transferências e subsídios correntes obtidos:				
Financiamento do Estado	136.583.744		69.237.266	
Outras	26.150.082		15.950.190	
Outros proveitos e ganhos operacionais	<u>116.900</u>	199.294.863	<u>465</u>	<u>103.384.625</u>
(B)		<u>215.584.954</u>		<u>112.027.412</u>
Proveitos e ganhos financeiros		<u>416.462</u>		<u>173.359</u>
(D)		<u>216.001.416</u>		<u>112.200.771</u>
Proveitos e ganhos extraordinários		<u>4.863.929</u>		<u>3.398.146</u>
(F)		<u>220.865.346</u>		<u>115.598.917</u>
Resultados operacionais:	(B) - (A)	5.765.361		(5.772.019)
Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A)	338.358		125.026
Resultados correntes:	(D) - (C)	6.103.719		(5.646.993)
Resultados extraordinários:	(F - D) - (E - C)	3.513.448		3.004.803
Resultado líquido do exercício:	(F) - (E)	9.617.167		(2.642.190)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRECTO

	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos provenientes de:		
Clientes	18.187.328	16.010.141
Estudantes	33.325.611	32.396.474
Subsídios correntes		
Financiamento do Estado	136.583.744	131.860.889
Investigação		
Nacional	13.345.858	12.726.899
Internacional		
União Europeia	2.591.293	4.033.637
Outros	91.971	37.500
Outros	8.645.810	9.765.019
Pagamentos respeitantes a:		
Fornecedores	(39.592.663)	(35.796.003)
Pessoal	(148.407.055)	(140.588.714)
Estudantes	(8.081.480)	(16.031.578)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	<u>16.690.418</u>	<u>14.414.264</u>
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	1.370.572	1.561.822
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(4.592.420)	(5.118.976)
<i>Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias</i>	<u>13.468.571</u>	<u>10.857.109</u>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	23.684	35.974
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(733)	-
<i>Fluxo das actividades operacionais [1]</i>	<u>13.491.522</u>	<u>10.893.083</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	10.169	-
Imobilizações corpóreas	10.609	165
Imobilizações incorpóreas	-	-
Subsídios de investimento		
Financiamento do Estado	1.647.221	1.585.088
Investigação		
Nacional	691.553	315.632
Internacional		
União Europeia	6.882	16.625
Outros	-	335.037
Outros	28.826.398	9.458.395
Juros e proveitos similares	-	40.177
Dividendos	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(390.000)	(2.301.256)
Imobilizações corpóreas	(37.682.913)	(16.183.708)
Imobilizações incorpóreas	(82.169)	(229.663)
<i>Fluxos das actividades de investimento [2]</i>	<u>(6.962.250)</u>	<u>(6.963.509)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	-	-
Doações	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-	-
Amortização de contratos de locação financeira	-	-
Juros e custos similares	-	-
<i>Fluxos de actividades de Financiamento [3]</i>	<u>-</u>	<u>-</u>
Variações de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	<u>6.529.272</u>	<u>3.929.574</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	49.743.999	45.814.425
Caixa e seus equivalentes no fim do período	56.273.271	49.743.999

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2010 e a sua reconciliação com os valores e o montante de disponibilidades constantes do Balanço na data indicada, é como segue:

	31-12-2010
Numerário	97.597
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	38.609.070
Depósitos a prazo	17.240.697
Outras aplicações de tesouraria	325.906
Caixa e seus equivalentes no fim do período	56.273.271
Descoberto bancário	-
Disponibilidades constantes do Balanço	56.273.271

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO

Designação: Universidade do Porto (U.Porto)

N.º Contribuinte: 501 413 197

Endereço: A U.Porto tem sede na Praça Gomes Teixeira, embora disponha de infra-estruturas universitárias disseminadas pela cidade do Porto, organizadas em três pólos: Pólo I – Centro da cidade; Pólo II – Asprela e Pólo III – Campo Alegre

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime jurídico: Fundação pública de direito privado

Regime financeiro: Autonomia administrativa, financeira e patrimonial

2. LEGISLAÇÃO

A U.Porto foi constituída formalmente em 22 de Março de 1911. Rege-se pelos seus estatutos e pelo RJIES (Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro).

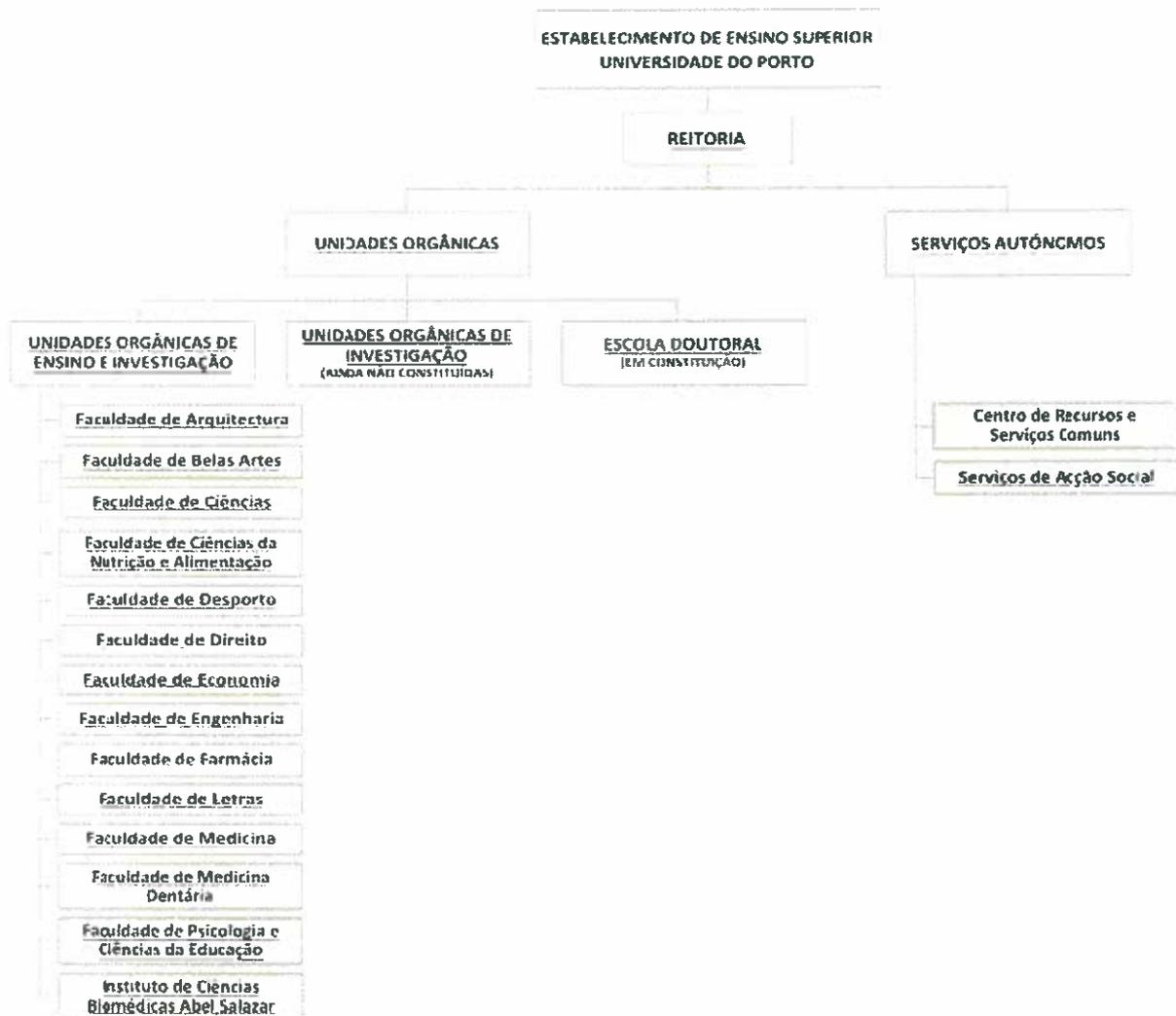
Em 2007, a publicação do RJIES revogou um conjunto de preceitos legais importantes para o sector da Educação (nomeadamente, a Lei da Autonomia Universitária e o Decreto Lei n.º 252/ 97) e introduziu alterações profundas no modelo de organização e de governo das universidades. Conforme previsto no seu artigo 172º, as universidades passaram a ter a possibilidade de escolher a forma de gestão a adoptar – Instituto Público de Regime Especial vs Fundação Pública de Direito Privado. Com efeito, de acordo com o RJIES, as universidades públicas «são pessoas colectivas de direito público, podendo, porém, revestir também a forma de fundações públicas com regime de direito privado, nos termos previstos no capítulo VI do título III da Lei n.º 62/2007».

Após um amplo debate interno, em 2008, a U.Porto optou pelo regime fundacional. Na sequência desta decisão e após vários meses de negociação com o MCTES, em 2009, a U.Porto foi instituída pelo Estado, através do Decreto-Lei n.º 96/2009, de 27 de Abril, como uma fundação pública com regime de direito privado. O novo enquadramento jurídico implicou a perda da expressão orçamental da Reitoria e das 15 unidades orgânicas, assim como a alteração da ligação à DGO, pelo facto desta entidade ter como missão o controlo da execução orçamental por classificações económicas.

Paralelamente, foram aprovados pela Assembleia Estatutária, reunida em 22 de Dezembro de 2008, os novos estatutos da U.Porto, e homologados pelo MCTES em 30 de Abril de 2009 e publicados no D.R. n.º 93, 2ª série, de 14 de Maio de 2009. Os novos estatutos preconizaram a perda da personalidade jurídica das 15 unidades orgânicas da U.Porto (14 faculdades e Serviços de Acção Social).

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA

O organograma da U.Porto é o seguinte:



A U.Porto integra actualmente na sua organização, as seguintes entidades:

- **Reitoria**
Constitui o núcleo central da organização da Universidade do Porto e integra todos os órgãos de governo central.
- **Unidade Orgânicas**
Designadas por faculdade/instituto têm por missão o ensino, a investigação e a prestação de serviços nos domínios das suas atribuições específicas, podendo ou não ser de autogoverno e com autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira.
- **Serviços de Acção Social (SASUP)**
Os SASUP são um serviço autónomo da U.Porto que tem por objectivo a execução de políticas de acção social, através da prestação dos apoios, benefícios e serviços nela compreendidos, de modo a proporcionar aos estudantes melhores condições de estudo.

- *Centro de Recursos e Serviços Comuns da Universidade do Porto (CRSCUP)*

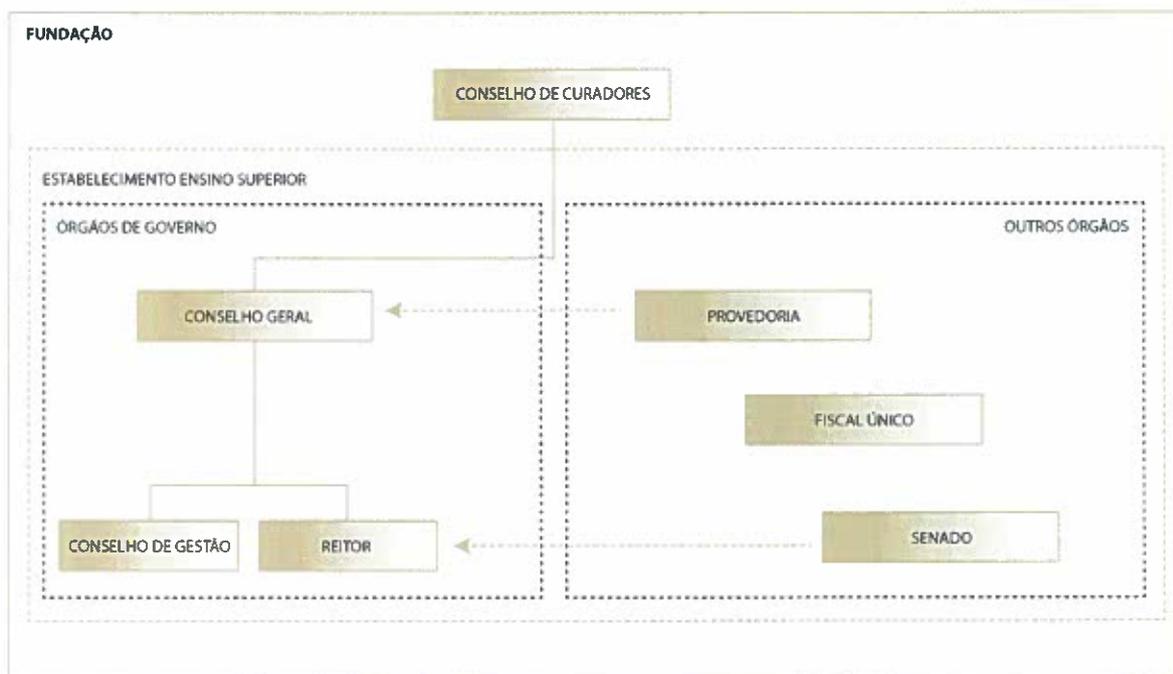
O CRSCUP é um serviço autónomo da U.Porto vocacionado para assegurar funções a exercer a nível central que goza de autonomia administrativa e financeira e depende do governo central da U.Porto. Deve ainda assegurar alguns ou todos os serviços de apoio comuns às unidades orgânicas. Presentemente, encontra-se a ser estudado o modelo operacional a adoptar para o CRSCUP.

- *Escola Doutoral*

A Escola Doutoral, actualmente em constituição, tem por missão promover a realização e a internacionalização dos programas doutorais da U.Porto que nela estejam acolhidos. Esta unidade orgânica sem autogoverno e dotada de autonomia científica, podendo ser dotada ou não de autonomias administrativa e financeira.

São Órgãos de Governo da U.Porto o **Conselho de Curadores**, o **Conselho Geral**, o **Reitor** e o **Conselho de Gestão**. São ainda Órgãos da Universidade o **Senado**, a **Provedoria** e o **Fiscal Único**.

Organograma



O **Conselho de Curadores** é nomeado pelo Governo, sob proposta do Conselho Geral da U.Porto, ouvido o Reitor. O mandato dos Curadores tem uma duração de cinco anos, renovável uma única vez, não podendo ser destituídos sem motivo justificado.

O exercício das funções de Curador não é compatível com outro vínculo laboral simultâneo à U.Porto.

Composição

O Conselho de Curadores da U.Porto é composto por cinco Personalidades de elevado mérito e experiência profissional reconhecidos como especialmente relevantes: Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente),

Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca, Carlos Manuel Tavares da Silva, João Pedro Pulido Valente Monjardino e Maria Amélia Cupertino de Miranda Duarte de Almeida.

Competências

Compete ao Conselho de Curadores da U.Porto:

- Eleger o seu Presidente;
- Aprovar os Estatutos do estabelecimento de ensino, sob proposta de uma Assembleia Estatutária com a composição prevista no artigo 172.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, e sujeitá-los a homologação do ministro da tutela do ensino superior;
- Proceder à homologação das deliberações do Conselho Geral de designação e destituição do Reitor, apenas podendo a recusa de homologação ocorrer caso se verifiquem as condições expressas no n.º 6 do artigo 86.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro;
- Propor ou autorizar, conforme disposto na lei, a aquisição ou alienação de património imobiliário da instituição, bem como as operações de crédito;
- Nomear e destituir o Conselho de Gestão, sob proposta do Reitor;
- Homologar as deliberações do Conselho Geral relativas a:
 - Aprovação dos planos estratégicos de médio prazo e o plano de acção para o quadriénio do mandato do Reitor;
 - Aprovação das linhas gerais de orientação da instituição no plano científico, pedagógico, financeiro e patrimonial;
 - Aprovação dos planos anuais de actividades e apreciação do relatório anual das actividades da instituição;
 - Aprovação da proposta de orçamento;
 - Aprovação das contas anuais consolidadas, acompanhadas de parecer do Fiscal Único.

O Conselho de Curadores reúne ordinariamente quatro vezes por ano, podendo reunir extraordinariamente desde que requerido por qualquer dos seus membros. Delibera por maioria qualificada de quatro quintos de todos os seus membros efectivos, incluindo o seu Presidente.

O **Conselho Geral** decide sobre os Estatutos, elege o seu Presidente e o Reitor. Cabe-lhe ainda nomear o gabinete de Provedoria da Universidade e propor ao Governo o elenco de Curadores da U.Porto.

Os membros do Conselho Geral não representam grupos, nem interesses sectoriais e são independentes no exercício das suas funções. O mandato dos membros eleitos ou designados é de quatro anos, excepto no caso dos Estudantes em que é de dois anos.

O Conselho Geral da Universidade funciona de acordo com regulamento próprio, aprovado por maioria absoluta dos seus membros.

Composição

O Conselho Geral da U.Porto é composto por 23 membros, assim distribuídos:

- Presidente: Luís António Silva Duarte Portela;
- Representantes dos Professores e Investigadores: Alexandre Tiedtke Quintanilha, Ana Margarida Moreira Leitão de Barros Martins Damas, António Torres Marques, Baltazar Manuel Romão de Castro, Isabel Maria Alves e Menezes Figueiredo, José Manuel Lopes Teixeira Amarante, Luís Manuel das Neves Belchior Faia dos Santos, Manuel João dos Santos Monte, Manuel José Fontes de Carvalho, Maria Paula Brandão Botelho Gomes, Pedro Henrique Henriques Guedes de Oliveira, Zulmira da Conceição Trigo Gomes Marques Coelho Santos;
- Representantes dos Estudantes: Luís Carlos de Bernardes Rebelo, Pedro Ary Malato Borralho Ferreira da Cunha, Ruben André de Carvalho Coelho;
- Representante do Pessoal não Docente e não Investigador: Felicidade Maria de Jesus Pereira Lourenço;
- Personalidades externas: Ana Maria Quintans Fernandes Ferreira Braga da Cruz, Ângelo Manuel da Cruz Ramalho, Beatriz Pacheco Pereira, Manuel Ferreira de Oliveira, Manuel José Pinto de Novais Paiva, para além do presidente.

24/72

Competências

Compete ao Conselho Geral:

- Eleger o seu Presidente, por maioria absoluta dos votos validamente expressos, de entre os seus membros externos;
- Propor ao Governo o elenco de Curadores da U.Porto, ouvido o Reitor;
- Aprovar o seu regulamento;
- Pronunciar-se sobre as alterações aos Estatutos aprovados pelo nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 96/2009, de 27 de Abril, e aprovar as alterações aos presentes Estatutos nos termos dos números 2 e 4 do artigo 4º;
- Organizar o procedimento de eleição e eleger o Reitor, nos termos da lei, destes Estatutos e de regulamento próprio;
- Apreciar os actos do Reitor e do Conselho de Gestão;
- Nomear o gabinete de Provedoria da Universidade, que incluirá o Provedor do Estudante, e aprovar o respectivo regulamento de funcionamento;
- Propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da instituição.

Compete ao Conselho Geral, sob proposta do Reitor:

- Aprovar os planos estratégicos de médio prazo e o plano de acção para o quadriénio do mandato do Reitor;
- Aprovar as linhas gerais de orientação da instituição no plano científico, pedagógico, financeiro e patrimonial;
- Aprovar os planos estratégicos submetidos pelas Unidades Orgânicas;
- Aprovar o plano e o relatório de actividades anuais consolidados da U.Porto;

- Aprovar o orçamento anual consolidado, bem como aprovar as contas anuais consolidadas, acompanhadas do parecer do Fiscal Único;
- Criar, transformar ou extinguir Unidades Orgânicas, bem como reconhecer a situação de crise de uma Unidade Orgânica que não possa ser superada no quadro da sua autonomia. Na sequência deste reconhecimento, no caso de uma Unidade Orgânica com autogoverno dissolver o "órgão colegial" ou retirar a capacidade de autogoverno, nos outros casos iniciar um processo de transformação ou extinção;
- Aprovar os estatutos das Unidades Orgânicas sem órgãos de autogoverno;
- Fixar as propinas devidas pelos Estudantes;
- Propor ao Conselho de Curadores a aquisição ou alienação de património imobiliário da U.Porto, bem como as operações de crédito;
- Autorizar a criação ou a participação da U.Porto nas entidades referidas no artigo 21.º dos Estatutos;
- Pronunciar-se sobre os restantes assuntos que lhe forem apresentados pelo Reitor;
- Aprovar os mecanismos de auto-avaliação regular do desempenho da U.Porto.

O Conselho Geral tem um Presidente eleito, por maioria absoluta, de entre as seis personalidades externas. O Presidente do Conselho Geral não interfere no exercício das competências dos demais órgãos da U.Porto, não lhe cabendo representá-la nem pronunciar-se em seu nome.

Compete ao Presidente do Conselho Geral:

- Convocar e presidir às reuniões;
- Declarar ou verificar as vagas no Conselho Geral e proceder às substituições devidas nos termos do número 2 do artigo 26.º dos Estatutos;
- Propor à aprovação do Conselho Geral o regulamento de funcionamento, o regulamento para eleição e cooptação dos membros do Conselho Geral e o regulamento para eleição do Reitor.

O **Reitor** é o órgão superior de governo e de representação externa da Universidade. Conduz a política da Universidade e preside ao Conselho de Gestão, ao Senado e assume, para além das competências próprias, todas as competências que, por lei ou pelos estatutos, não sejam atribuídas a outras entidades da Universidade.

O Reitor da U.Porto é o Professor Doutor José Carlos Diogo Marques dos Santos.

O Reitor é coadjuvado por Vice-Reitores, por ele escolhidos e livremente nomeados de entre os Professores e dos Investigadores doutorados da Universidade, ou de Individualidades externas à U.Porto, e pelo Administrador, por ele nomeado. Pode ainda ser coadjuvado por Pró-Reitores, por ele escolhidos e nomeados de entre os Professores e dos Investigadores doutorados da Universidade, ou de Individualidades externas à U.Porto.

Competências

O Reitor representa e dirige a U.Porto, incumbindo-lhe, designadamente:

- Elaborar e apresentar ao Conselho Geral as propostas de:
 - Plano estratégico de médio prazo e plano de acção para o quadriénio do seu mandato;

- Linhas gerais de orientação da instituição no plano científico e pedagógico;
 - Plano e orçamento anuais de actividades consolidados;
 - Relatório e contas anuais consolidados, acompanhados do parecer do Fiscal Único;
 - Aquisição ou alienação de património imobiliário da U.Porto e de operações de crédito;
 - Criação, transformação ou extinção de Unidades Orgânicas, ouvido o Senado;
 - Reconhecimento de crise de uma Unidade Orgânica que não possa ser superada no âmbito da respectiva autonomia, ouvido o órgão representativo da mesma;
 - Estatutos para as Unidades Orgânicas sem órgãos de autogoverno;
 - Propinas devidas pelos Estudantes;
 - Criação ou a participação da U.Porto nas entidades referidas no artigo 21.º dos seus estatutos.
- Aprovar a criação, alteração, suspensão e extinção de cursos, ouvido o Senado;
 - Aprovar os valores máximos de novas admissões e de inscrições nos termos legais;
 - Superintender na gestão académica, decidindo, designadamente, quanto à abertura de concursos, à nomeação e contratação de recursos humanos, a qualquer título, à designação dos júris de concursos e de provas académicas e ao sistema e regulamento de avaliação de Docentes e Discentes;
 - Orientar e superintender na gestão administrativa e financeira da U.Porto, assegurando a eficiência no emprego dos seus meios e recursos;
 - Atribuir apoios aos Estudantes no quadro da acção social escolar, nos termos da lei;
 - Aprovar a concessão de títulos ou distinções honoríficas, ouvido o Senado;
 - Instituir prémios escolares, ouvido o Senado;
 - Homologar os estatutos das Unidades Orgânicas com órgãos de autogoverno após verificação da sua legalidade e da sua conformidade com os estatutos e regulamentos da U.Porto;
 - Homologar as eleições e designações dos membros dos órgãos de gestão das Unidades Orgânicas com órgãos de autogoverno, só o podendo recusar com base em ilegalidade, e dar-lhes posse;
 - Nomear e exonerar, nos termos da lei e dos estatutos, os dirigentes das Unidades Orgânicas sem órgãos de autogoverno;
 - Nomear e exonerar, nos termos da lei e dos estatutos, o Administrador, bem como os dirigentes dos serviços da U.Porto, com excepção dos pertencentes às Unidades Orgânicas com órgãos de autogoverno;
 - Exercer o poder disciplinar, em conformidade com a lei, ouvindo o Senado no que se refere à aplicação de penas graves;
 - Assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelos órgãos colegiais da Universidade;
 - Aprovar o regulamento disciplinar dos Estudantes e os demais regulamentos previstos na lei e nos estatutos, sem prejuízo do poder regulamentar das Unidades Orgânicas no âmbito das competências próprias dos seus órgãos;
 - Velar pela observância das leis, dos estatutos e dos regulamentos;
 - Propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da Universidade;

- Desempenhar as demais funções previstas na lei e nestes estatutos;
- Comunicar à tutela todos os dados necessários ao exercício desta, designadamente os planos e orçamentos e os relatórios de actividades e contas;
- Tomar as medidas necessárias à garantia da qualidade das actividades da U.Porto e das suas Unidades Orgânicas;
- Representar a U.Porto em juízo ou fora dele;
- Propor ao Conselho Geral os mecanismos de auto -avaliação regular do desempenho da U.Porto;
- Cabem ainda ao Reitor todas as competências que, por lei ou pelos estatutos, não sejam atribuídas a outras entidades da Universidade.

O Reitor pode delegar nos Vice-reitores, Pró-reitores, Administrador e outros dirigentes algumas competências, por considerar necessárias a uma gestão mais eficiente.

O Reitor pode delegar nos órgãos de gestão das Unidades Orgânicas, ou nos seus Directores, algumas das competências que se tornem necessárias a uma gestão mais eficiente.

O Reitor pode delegar a presidência dos júris de provas académicas que lhe sejam cometidas, a qual deverá recair no Director com poderes de subdelegação num Professor catedrático de nomeação definitiva da Unidade Orgânica.

27/72

O **Conselho de Gestão** conduz a gestão administrativa, patrimonial e financeira, bem como a gestão dos Recursos Humanos da U.Porto.

O Conselho de Gestão é nomeado e exonerado pelo Conselho de Curadores da U.Porto, sob proposta do Reitor.

Composição

O Conselho de Gestão da U.Porto é composto por 4 membros assim distribuídos:

- Presidente (Reitor): José Carlos Diogo Marques dos Santos;
- Dois Vice-reitores: António José de Magalhães Silva Cardoso e Jorge Manuel Moreira Gonçalves;
- O Administrador: José Francisco Angelino Branco.

Pode ser convocado para participar, sem direito a voto, nas reuniões do Conselho de Gestão quem este considerar pertinente.

Competências

Compete ao Conselho de Gestão:

- Preparar o orçamento anual consolidado a submeter pelo Reitor ao Conselho Geral e assegurar a respectiva execução;
- Arrecadar e gerir as receitas e autorizar a realização de despesas e pagamentos;
- Elaborar a conta de gerência consolidada para aprovação pelo Conselho Geral;

- Fazer propostas e colaborar na gestão do património;
- Decidir sobre a aceitação de doações, heranças ou legados;
- Assegurar as condições necessárias ao exercício do controlo financeiro e orçamental pelas entidades legalmente competentes;
- Fixar as taxas e emolumentos a praticar na U.Porto;
- Gerir os Recursos Humanos da U.Porto;
- Promover auditorias externas, pelo menos, de dois em dois anos, reportando-se uma à primeira metade do mandato do Reitor e a segunda precedendo em três meses o final do mandato correspondente;
- Aprovar a remuneração do Fiscal Único, sob proposta do Reitor.

O Conselho de Gestão pode delegar nos Directores das Unidades Orgânicas e dos serviços autónomos e nos dirigentes dos serviços as competências consideradas necessárias a uma gestão mais eficiente.

O Senado é um órgão consultivo que tem por missão assegurar a coesão da U.Porto e a participação de todas as Unidades Orgânicas na sua gestão.

O Senado funciona em plenário e em comissões *ad-hoc* que este constitua, conforme previsto no seu regulamento. Os mandatos dos membros eleitos do Senado são de quatro anos, excepto os dos Estudantes cuja duração é de dois anos.

28/72

Composição

Membros do Senado, por inerência:

- Presidente (Reitor): José Carlos Diogo Marques dos Santos;
- Vice-reitora: Maria de Lurdes Correia Fernandes;
- Directores das Unidades Orgânicas
- Directores dos Serviços Autónomos: João da Cruz Carvalho;

Membros do Senado, por eleição:

- Representantes dos Docentes e Investigadores das Unidades Orgânicas: Cândida Fernanda Antunes Ribeiro, Eduardo Jorge Sousa da Rocha, Maria Luísa Alves da Silva Neto;
- Representantes das Unidades de Investigação: Cláudio Enrique Sunkel Cariola, Joaquim Adelino Correia Ferreira Leite Moreira, José Francisco Preto Meirinhos, Manuel António Cerqueira da Costa Matos, Maria da Conceição Rangel;
- Representantes dos Estudantes
- Representantes do Pessoal não Docente e não Investigador: João Emanuel Cabral Leite.

Competências

Compete ao Senado:

- Pronunciar-se sobre as propostas de criação, transformação ou extinção de Unidades Orgânicas;

- Pronunciar-se sobre o plano estratégico da Universidade, em particular no que diz respeito às políticas de investigação e formação;
- Pronunciar-se sobre os relatórios e planos anuais de actividades consolidados;
- Pronunciar-se sobre os resultados dos processos de avaliação;
- Pronunciar-se sobre a criação, alteração, suspensão e extinção de cursos;
- Dar parecer sobre a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
- Dar parecer sobre a instituição de prémios escolares;
- Dar parecer sobre as questões disciplinares que impliquem penas de suspensão superiores a três meses ou a interdição da frequência da U.Porto;
- Dar parecer sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Reitor.

Na U.Porto está constituído um Gabinete de **Provedoria** que tem como função a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos dos diferentes corpos que constituem toda a comunidade académica da Universidade.

Os Provedores são escolhidos e nomeados pelo Conselho Geral, tendo o mandato de Provedor uma duração de três anos.

29/77

Composição

O Gabinete de Provedoria da U.Porto é composto por 3 membros assim distribuídos: Provedor do Docente e Investigador, Provedor do Funcionário não Docente e não Investigador, Provedor do Estudante.

No processo de escolha do Provedor do Estudante o Conselho Geral deve ouvir as Associações de Estudantes da Universidade.

O exercício da actividade de Provedor é incompatível com o exercício de qualquer cargo num órgão de governo ou gestão da Universidade.

Os Provedores elaboram relatórios anuais a apresentar ao Conselho Geral descrevendo a actividade desenvolvida e indicando, designadamente, o número de queixas e reclamações recebidas, a matéria a que dizem respeito, o sentido das recomendações feitas e respectivo acolhimento pelos destinatários.

A actividade dos Provedores rege-se por regulamento próprio a aprovar pelo Conselho Geral.

Competências do Provedor do Estudante

Compete ao Provedor do Estudante da U.Porto:

- Apreciar as queixas e reclamações dos Estudantes e emitir recomendações aos órgãos competentes, aos Docentes e aos serviços da Universidade ou das suas Unidades Orgânicas, com vista à revogação, reforma ou conversão de actos lesivos dos direitos dos Estudantes, e à melhoria dos serviços;
- Emitir recomendações e fazer propostas de elaboração de novos regulamentos ou de alteração dos regulamentos em vigor, tendo em vista acautelar os interesses dos Estudantes, nomeadamente no domínio da actividade pedagógica e da acção social escolar;

- Contribuir para a elaboração e actualização do regulamento disciplinar dos Estudantes;
- Contribuir para a actualização do código de conduta dos Estudantes;
- Outras competências que lhe sejam atribuídas pelo Conselho Geral em sede do regulamento próprio, a aprovar por este.

As actividades do Provedor do Estudante desenvolvem-se em articulação com as Associações de Estudantes e com os órgãos e serviços da Universidade.

O **Fiscal Único** é designado, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, por despacho conjunto do ministro responsável pela área das finanças e do ministro responsável pela área do ensino superior, ouvido o Reitor. O mandato tem uma duração de três anos. Compete-lhe controlar a legalidade, regularidade e boa gestão financeira e patrimonial da Universidade.

O Fiscal Único não pode ter exercido actividades remuneradas na Universidade nos últimos três anos antes do início das suas funções e não pode exercer actividades remuneradas na Universidade durante os três anos que se seguirem ao termo das suas funções.

Por Despacho n.º 21292/2009, de 22 de Setembro de 2009, foi nomeado Fiscal Único da U.Porto, o revisor oficial de contas Jorge Manuel Felizes Morgado.

30/72

Competências

Compete ao Fiscal Único da U.Porto:

- Controlar a gestão patrimonial e financeira da Universidade;
- Acompanhar e controlar com regularidade o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, a execução orçamental, a situação económica, financeira e patrimonial e analisar a contabilidade;
- Dar parecer sobre o orçamento e suas revisões e alterações, bem como sobre o plano de actividades na perspectiva da sua cobertura orçamental;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão de exercício e contas de gerência, incluindo documentos de certificação legal de contas;
- Dar parecer sobre a aquisição, arrendamento, alienação e oneração de bens imóveis;
- Dar parecer sobre a aceitação de doações, heranças ou legados;
- Dar parecer sobre a contratação de empréstimos, quando a Universidade esteja habilitada a fazê-lo;
- Manter o Conselho de Curadores informado sobre os resultados das verificações e exames a que proceda;
- Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- Propor ao Conselho de Curadores a realização de auditorias externas, quando isso se revelar necessário ou conveniente;
- Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Curadores.

O prazo para elaboração dos pareceres referidos é de 15 dias a contar da recepção dos documentos a que respeitam.

Para exercício da sua competência, o Fiscal Único tem direito a:

- Obter do Conselho de Curadores ou dos demais órgãos da Universidade as informações e os esclarecimentos que repute necessários;
- Ter livre acesso a todos os serviços e à documentação da Universidade, podendo requisitar a presença dos respectivos responsáveis, e solicitar os esclarecimentos que considere necessários;
- Tomar ou propor as demais providências que considere indispensáveis.

4. DESCRIÇÃO SUMARIA DAS ACTIVIDADES

A U.Porto tem por missão a criação de conhecimento científico, cultural e artístico, a formação de nível superior fortemente ancorada na investigação, a valorização social e económica do conhecimento e a participação activa no progresso das comunidades em que se insere.

A U.Porto prossegue, entre outros fins, os seguintes:

- A formação no sentido global - cultural, científica, técnica, artística, cívica e ética – no quadro de processos diversificados de ensino e aprendizagem, visando o desenvolvimento de capacidades e competências específicas e transferíveis e a difusão do conhecimento;
- A realização de investigação científica e a criação cultural e artística, envolvendo a descoberta, aquisição e desenvolvimento de saberes e práticas, de nível avançado;
- A valorização social do conhecimento e a sua transferência para os agentes económicos e sociais, como motor de inovação e mudança;
- O incentivo ao espírito observador, à análise objectiva, ao juízo crítico e a uma atitude de problematização e avaliação da actividade científica, cultural, artística e social;
- A conservação e divulgação do património científico, cultural e artístico para utilização criativa dos especialistas e do público;
- A cooperação com as diversas instituições, grupos e outros agentes numa perspectiva de valorização recíproca, nomeadamente através da investigação aplicada e da prestação de serviços à comunidade;
- O intercâmbio cultural, científico, artístico e técnico com instituições nacionais e estrangeiras;
- A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos.

A U.Porto concede graus de licenciado, mestre e doutor e o título de agregado, bem como outros certificados e diplomas no âmbito de actuação das suas escolas concedendo ainda equivalência e reconhecimento de graus e habilitações académicas, nos termos da lei.

A U.Porto concede o título honorífico de *doutor honoris causa*, nos termos definidos na lei e nos presentes estatutos.

No âmbito das suas actividades, a U.Porto pode realizar acções comuns com outras entidades, públicas, privadas ou cooperativas, nacionais ou estrangeiras.

A U.Porto pode criar ou participar em associações ou sociedades, com ou sem fins lucrativos, desde que as suas actividades sejam compatíveis com a sua missão.

5. RECURSOS HUMANOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

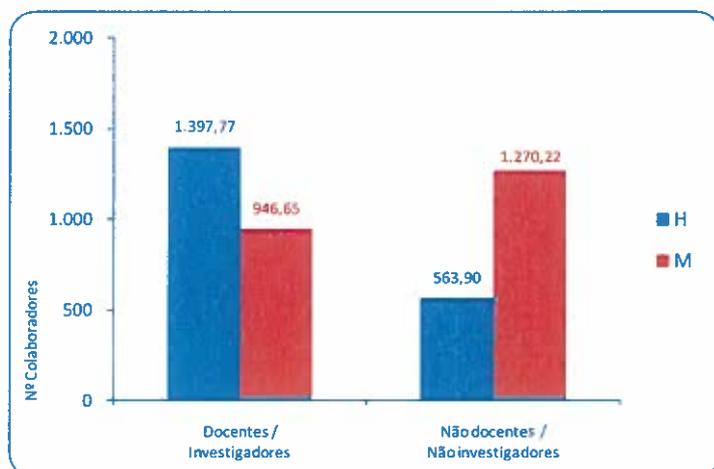
Em 31 de Dezembro de 2010, a U. Porto contava com cerca de 4.200 colaboradores². Os homens constituíam cerca de 47% da população e as mulheres cerca de 53%.

O grupo de pessoal “Docente/ Investigador” representava cerca de 56% dos colaboradores e o grupo dos “Não docente/ Não investigador” cerca de 44%. Os homens encontravam-se em maior número entre o grupo dos “Docentes/ Investigadores”, por oposição ao que se verificava com o grupo dos “Não docentes/ Não investigadores”, no qual as mulheres se encontravam em larga maioria.

QUADRO 8: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO O GÉNERO

	Docentes / Investigadores		Não docentes / Não investigadores		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
H	1.397,77		563,90		1.961,67	47%
M	946,65		1.270,22		2.216,87	53%
Total	2.344,42	56%	1.834,12	44%	4.178,54	100%

GRÁFICO 2: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO O GÉNERO



No que à relação jurídica de emprego diz respeito, no final de 2010 prevalecia o Contrato de trabalho em funções públicas, representando cerca de 75% do total dos colaboradores. Os colaboradores com Contrato de trabalho ao abrigo do Código do Trabalho (regime de direito privado) representavam cerca de 12% e os Bolseiros de investigação cerca de 9%.

Em relação às categorias/carreiras profissionais, no grupo “Docentes/ Investigadores” constata-se que a categoria com maior representatividade era a de Professor Auxiliar, com cerca de 30% do total. No grupo de “Não docentes/ Não investigadores”, as carreiras mais representadas eram as de Assistente Técnico e Técnico Superior, respectivamente, com cerca de 31% e 30% do total.

² Os valores apresentados correspondem ao equivalente a tempo integral (ETI). As prestações de serviços/ avenças, bolsas de investigação e estágios profissionais foram contabilizados com ETI igual a 1.

QUADRO 9: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO E O GÉNERO

	RIEP - Contrato de trabalho em funções públicas ^(a)				RIEP - Comissão de Serviço				Contrato de trabalho (b)				Mobilidade Interna				Prestações de Serviços/Avenças				Bolsistas de investigação				Estatistas/Profissionais				TOTAL			
	H		T		M		T		H		M		T		H		M		T		H		M		T		H		M		T	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Docentes / Investigadores	Assistente	60,00	52,00	112,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60,00	52,00	112,00	-	-		
	Assistente Convocado	80,90	64,50	145,40	-	-	-	89,45	49,36	40,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130,26	104,59	234,85	-	-		
	Assistente Estagiário	-	1,00	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-	-	
	Leitor	3,00	9,00	12,00	-	-	-	5,00	2,00	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,00	12,00	17,00	-	-		
	Monitor	3,30	3,30	6,60	-	-	-	10,20	8,55	1,65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,85	4,95	16,80	-	-		
	Professor Associado	267,00	137,00	404,00	-	-	-	2,00	1,00	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	268,00	138,00	406,00	-	-		
	Professor Auxiliar	396,00	318,00	714,00	-	-	-	2,00	1,00	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	397,00	319,00	716,00	-	-		
	Professor Catedrático	158,00	43,00	201,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	158,00	43,00	201,00	-	-		
	Professor Convocado	68,40	24,70	93,10	-	-	-	56,27	41,86	14,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110,26	39,11	149,37	-	-		
	Professor	-	2,00	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	2,00	-	-	
	E. Secundário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Professor Visitante	-	-	-	-	-	-	1,40	1,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,40	-	1,40	-	-		
	Investigador	27,00	22,00	49,00	-	-	-	40,00	25,00	15,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52,00	37,00	89,00	-	-		
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	204,00	194,00	398,00	-	-		
	Sub-Total	1.063,60	676,50	1.740,10	-	-	-	206,32	130,17	76,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.397,77	946,65	2.344,42	-	-		
%	-	-	41,64%	-	-	-	4,93%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56,11%		
Órgãos de Governo	Dirigente	-	-	-	-	4,00	1,00	5,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,00	1,00	5,00	-	-		
	Técnico Superior	92,00	321,10	413,10	-	-	-	14,00	8,00	6,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22,00	20,00	42,00	-	-		
	Assistente Técnico	113,00	344,70	457,70	-	-	-	139,25	51,00	88,25	-	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	143,00	411,35	554,35	-	-		
	Assistente Operacional	110,00	286,57	396,57	-	-	-	112,00	35,50	76,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	148,50	421,20	569,70	-	-		
	Informático	53,40	24,00	77,40	-	-	-	21,00	12,00	9,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122,00	295,57	417,57	-	-		
	Técnico ^(c)	9,00	18,10	27,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53,40	24,00	77,40	-	-		
	Encarregado ^(d)	1,00	-	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,00	18,10	27,10	-	-		
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	1,00	-	-		
	Sub-Total	378,40	994,47	1.372,87	18,00	15,00	33,00	286,25	106,50	179,75	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,00	9,00	18,00	563,90	1.270,22	1.834,12	
	%	-	-	32,86%	-	-	-	6,85%	-	-	-	0,05%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43,89%	
	TOTAL	Valor	1.442,00	1.670,97	3.112,97	18,00	15,00	33,00	236,67	259,90	492,57	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,00	9,00	18,00	1.961,67	2.216,87	4.178,54	
		%	-	-	74,50%	-	-	-	0,79%	-	-	-	0,05%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,43%	-	-	100,00%	

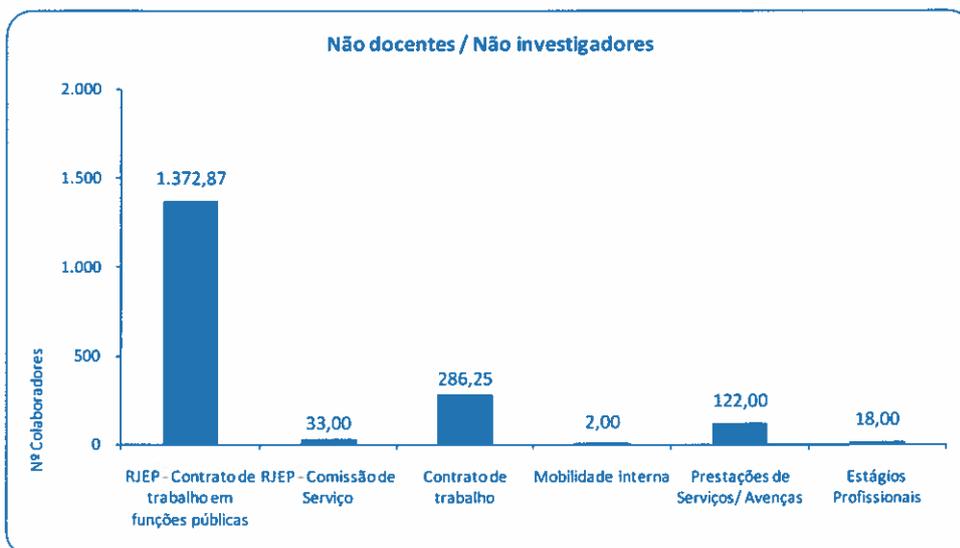
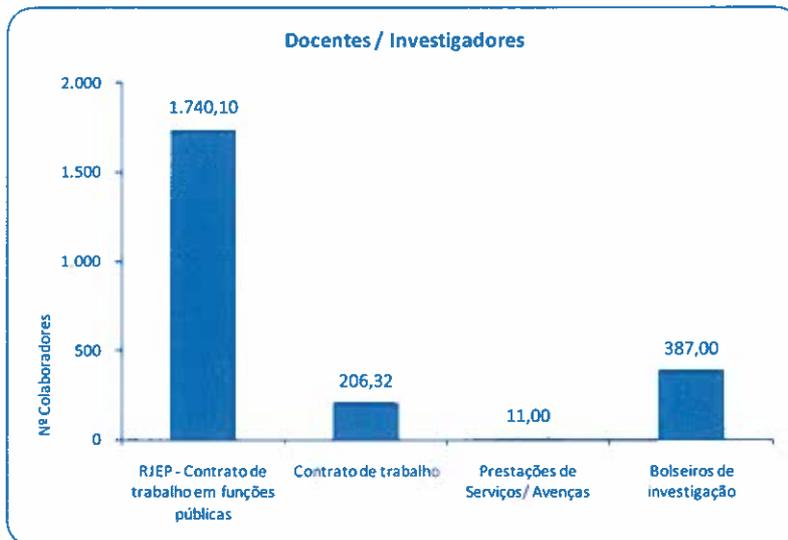
^(a) Inclui os Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, a termo resolutivo certo e a termo resolutivo incerto

^(b) Inclui os Contratos de Trabalho por tempo indeterminado, a termo resolutivo certo e a termo resolutivo incerto e as Comissões de Serviço ao abrigo do Código do Trabalho

^(c) Carreiras não revistas - Inclui os Técnicos de Análises Clínicas, Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica e Diagnóstico e Terapêutica

^(d) Carreira subsistente - Encarregado de Pessoal Auxiliar

GRÁFICO 3: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO



34/72

No que diz respeito à escolaridade, mais de 75% dos colaboradores da U.Porto possuíam habilitação superior. O nível de escolaridade predominante era o Doutoramento (cerca de 36%), seguido da Licenciatura (cerca de 28%) e Mestrado (cerca de 12%). Cerca de 22% dos colaboradores possuíam habilitações entre os 4 e os 12 anos de escolaridade.

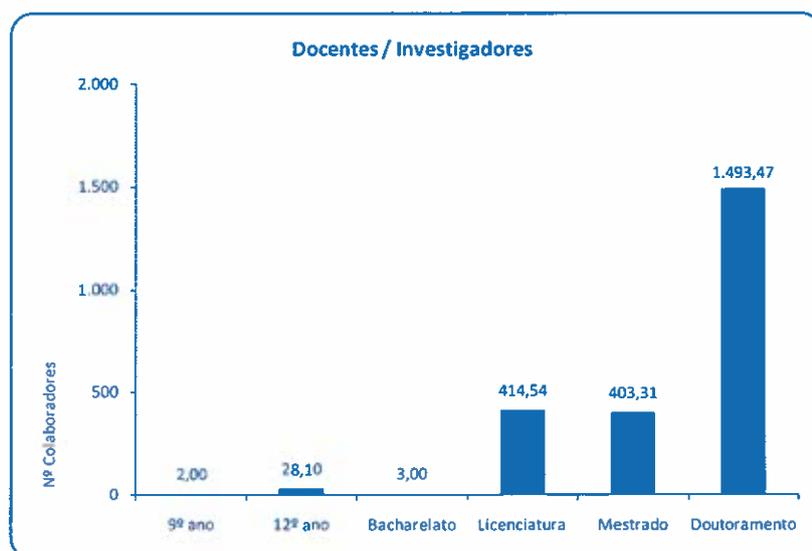
No grupo de pessoal "Docente/ Investigador", cerca de 64% possuía Doutoramento. No grupo dos "Não docentes/ Não investigadores", predominava a Licenciatura, representando cerca de 41%.

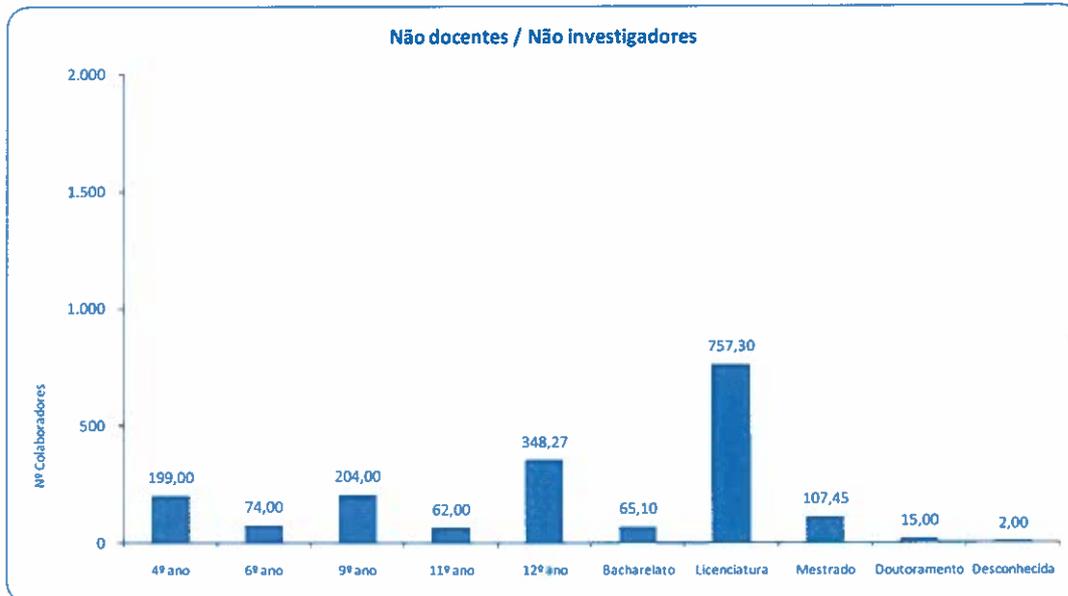
QUADRO 10: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GÉNERO

		Docentes / Investigadores	Não docentes / Não investigadores	TOTAL	
				Valor	%
4º ano	H	-	55,00	55,00	
	M	-	144,00	144,00	
	T	-	199,00	199,00	4,76%
6º ano	H	-	26,00	26,00	
	M	-	48,00	48,00	
	T	-	74,00	74,00	1,77%
9º ano	H	2,00	52,00	54,00	
	M	-	152,00	152,00	
	T	2,00	204,00	206,00	4,93%
11º ano	H	-	15,00	15,00	
	M	-	47,00	47,00	
	T	-	62,00	62,00	1,48%
12º ano	H	21,15	105,00	126,15	
	M	6,95	243,27	250,22	
	T	28,10	348,27	376,37	9,01%
Bacharelato	H	2,00	25,00	27,00	
	M	1,00	40,10	41,10	
	T	3,00	65,10	68,10	1,63%
Licenciatura	H	234,58	236,90	471,48	
	M	179,96	520,40	700,36	
	T	414,54	757,30	1.171,84	28,04%
Mestrado	H	211,22	38,00	249,22	
	M	192,09	69,45	261,54	
	T	403,31	107,45	510,76	12,22%
Doutoramento	H	926,82	9,00	935,82	
	M	566,65	6,00	572,65	
	T	1.493,47	15,00	1.508,47	36,10%
Desconhecida	H	-	2,00	2,00	
	M	-	-	-	
	T	-	2,00	2,00	0,05%
TOTAL	H	1.397,77	563,90	1.961,67	
	M	946,65	1.270,22	2.216,87	
	T	2.344,42	1.834,12	4.178,54	100,00%

35/72

GRÁFICO 4: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL E NÍVEL DE ESCOLARIDADE



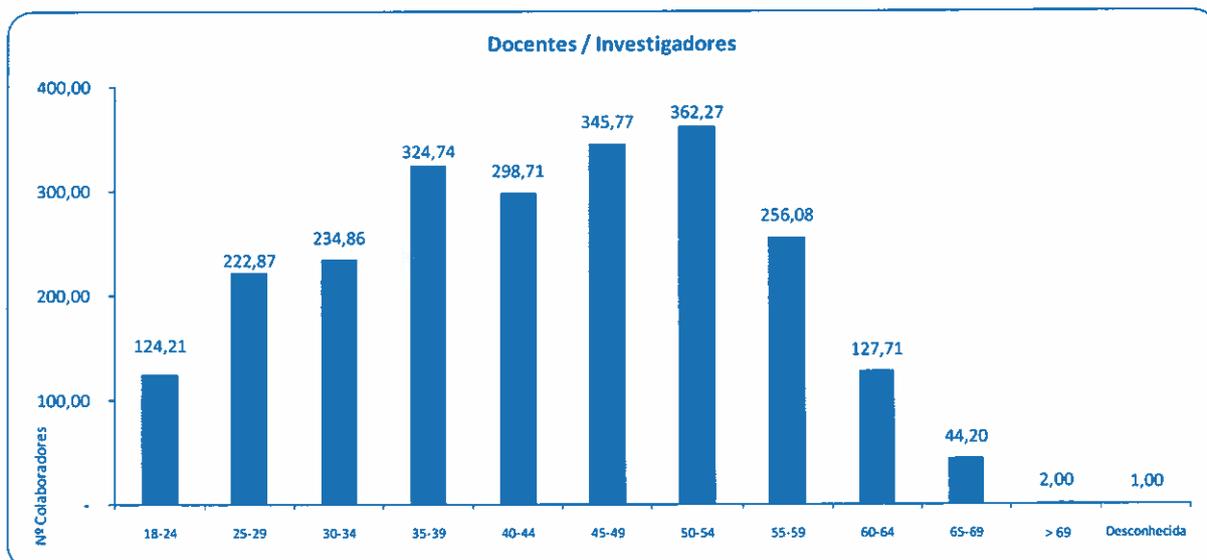


A maioria dos colaboradores da U.Porto (cerca de 80%) tinha entre 30 e 59 anos. A faixa etária predominante correspondia os colaboradores com idade compreendida entre os 35 e os 39 anos (cerca de 16%). Cerca de 14% dos colaboradores tinha idade inferior a 30 anos e cerca de 6% tinha 60 anos ou mais.

QUADRO 11: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, ESTRUTURA ETÁRIA E GÉNERO

		Docentes / Investigadores		Não docentes / Não investigadores		TOTAL	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
18-24	H	68,86		19,00		87,86	
	M	55,35		40,45		95,80	
	T	124,21		59,45		183,66	4,40%
25-29	H	105,48		60,00		165,48	
	M	117,39		127,30		244,69	
	T	222,87		187,30		410,17	9,82%
30-34	H	129,59		116,70		246,29	
	M	105,27		195,80		301,07	
	T	234,86		312,50		547,36	13,10%
35-39	H	173,46		110,20		283,66	
	M	151,28		215,07		366,35	
	T	324,74		325,27		650,01	15,56%
40-44	H	182,82		57,00		239,82	
	M	115,89		129,50		245,39	
	T	298,71		186,50		485,21	11,61%
45-49	H	211,20		58,00		269,20	
	M	134,57		169,00		303,57	
	T	345,77		227,00		572,77	13,71%
50-54	H	223,60		49,00		272,60	
	M	138,67		163,00		301,67	
	T	362,27		212,00		574,27	13,74%
55-59	H	169,48		65,00		234,48	
	M	86,60		159,10		245,70	
	T	256,08		224,10		480,18	11,49%
60-64	H	96,08		19,00		115,08	
	M	31,63		61,00		92,63	
	T	127,71		80,00		207,71	4,97%
65-69	H	35,20		4,00		39,20	
	M	9,00		8,00		17,00	
	T	44,20		12,00		56,20	1,34%
> 69	H	1,00		2,00		3,00	
	M	1,00		-		1,00	
	T	2,00		2,00		4,00	0,10%
Desconhecida	H	1,00		4,00		5,00	
	M	-		2,00		2,00	
	T	1,00		6,00		7,00	0,17%
TOTAL	H	1.397,77		563,90		1.961,67	
	M	946,65		1.270,22		2.216,87	
	T	2.344,42		1.834,12		4.178,54	100,00%

GRÁFICO 5: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL E ESTRUTURA ETÁRIA



37/72

A idade média dos colaboradores da U.Porto era de 43 anos, sendo que no grupo dos “Docentes/ Investigadores” esta era de 43 anos e no grupo dos “Não docentes/ Não investigadores” era de 42 anos.

	Docentes / Investigadores	Não docentes / Não investigadores	TOTAL
Idade Média	43	42	43

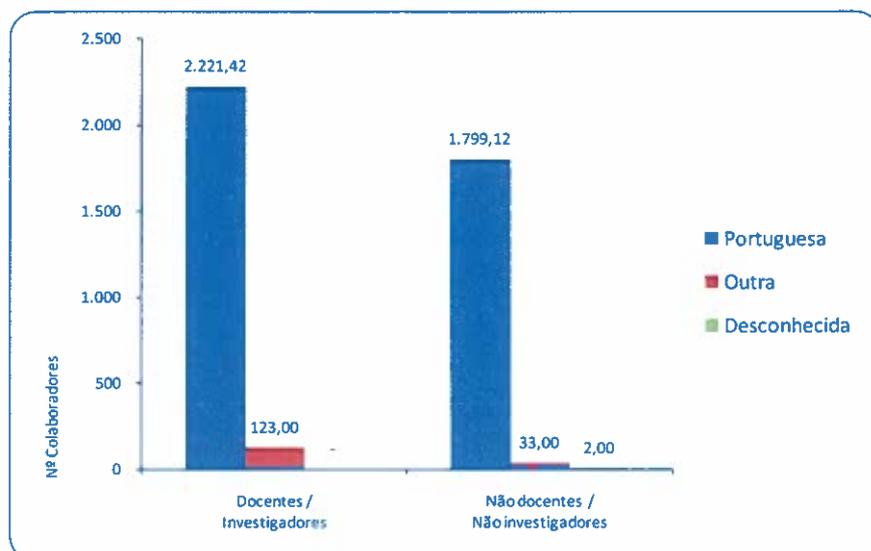
Em 31 de Dezembro de 2010, existiam na U.Porto colaboradores de quarenta nacionalidades diferentes. Ainda assim, a grande maioria dos colaboradores (cerca de 96%) tinha nacionalidade portuguesa. As nacionalidades estrangeiras com maior representatividade eram a espanhola (0,56%) e a brasileira (0,46%). Em relação aos colaboradores com nacionalidade estrangeira, constata-se que cerca de 80% pertenciam ao grupo dos “Docentes/ Investigadores”.

QUADRO 12: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, NACIONALIDADE E GÉNERO

		Docentes / Investigadores	Não docentes / Não investigadores	TOTAL	
				Valor	%
Portuguesa	H	1.312,08	550,90	1.862,98	
	M	909,34	1.248,22	2.157,56	
	T	2.221,42	1.799,12	4.020,54	96,22%
Outra	H	85,69	11,00	96,69	
	M	37,31	22,00	59,31	
	T	123,00	33,00	156,00	3,73%
Desconhecida	H	-	2,00	2,00	
	M	-	-	-	
	T	-	2,00	2,00	0,05%
TOTAL	H	1.397,77	563,90	1.961,67	
	M	946,65	1.270,22	2.216,87	
	T	2.344,42	1.834,12	4.178,54	100%

38/72

GRÁFICO 6: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL E NACIONALIDADE



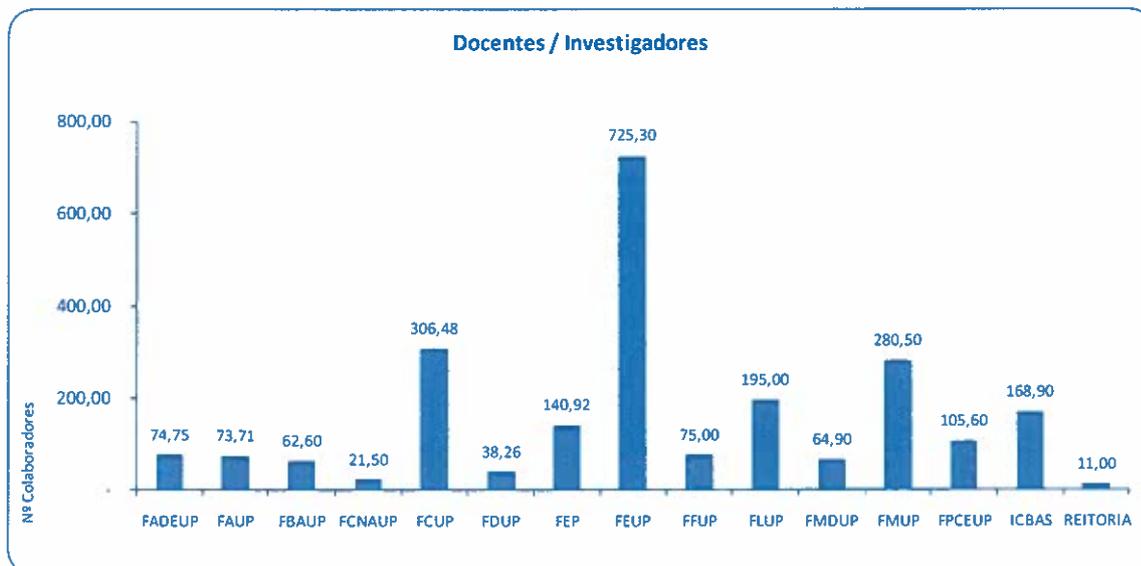
No que diz respeito à distribuição dos colaboradores pelas diversas unidades orgânicas da U.Porto, verifica-se que o maior número se encontra na FEUP, com cerca de 25% do total de colaboradores, a FMUP e a FCUP, respectivamente, com cerca de 12% e 10%. A FEUP contava igualmente com o maior número de colaboradores nos dois grupos de pessoal.

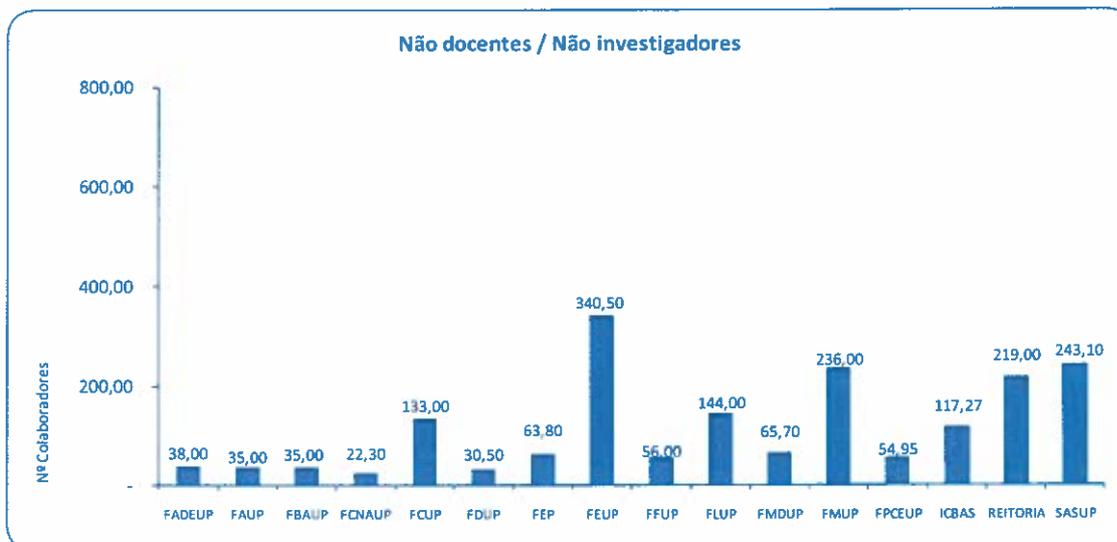
QUADRO 13: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, UNIDADE ORGÂNICA E GÉNERO

		Docentes / Investigadores		Não docentes / Não investigadores		TOTAL	
						Valor	%
FADEUP	H	43,76	17,00			60,76	
	M	30,99	21,00			51,99	
	T	74,75	38,00			112,75	2,70%
FAUP	H	54,61	16,00			70,61	
	M	19,10	19,00			38,10	
	T	73,71	35,00			108,71	2,60%
FBAUP	H	45,70	15,00			60,70	
	M	16,90	20,00			36,90	
	T	62,60	35,00			97,60	2,34%
FCNAUP	H	7,60	3,00			10,60	
	M	13,90	19,30			33,20	
	T	21,50	22,30			43,80	1,05%
FCUP	H	190,48	33,00			223,48	
	M	116,00	100,00			216,00	
	T	306,48	133,00			439,48	10,52%
FDUP	H	21,40	7,00			28,40	
	M	16,86	23,50			40,36	
	T	38,26	30,50			68,76	1,65%
FEP	H	80,02	18,00			98,02	
	M	60,90	45,80			106,70	
	T	140,92	63,80			204,72	4,90%
FEUP	H	524,60	133,00			657,60	
	M	200,70	207,50			408,20	
	T	725,30	340,50			1.065,80	25,51%
FFUP	H	23,60	13,00			36,60	
	M	51,40	43,00			94,40	
	T	75,00	56,00			131,00	3,14%
FLUP	H	81,80	46,00			127,80	
	M	113,20	98,00			211,20	
	T	195,00	144,00			339,00	8,11%
FMDUP	H	41,50	17,00			58,50	
	M	23,40	48,70			72,10	
	T	64,90	65,70			130,60	3,13%
FMUP	H	155,30	59,00			214,30	
	M	125,20	177,00			302,20	
	T	280,50	236,00			516,50	12,36%
FPCEUP	H	34,00	13,50			47,50	
	M	71,60	41,45			113,05	
	T	105,60	54,95			160,55	3,84%
ICBAS	H	87,40	33,00			120,40	
	M	81,50	84,27			165,77	
	T	168,90	117,27			286,17	6,85%
REITORIA	H	6,00	76,40			82,40	
	M	5,00	142,60			147,60	
	T	11,00	219,00			230,00	5,50%
SASUP	H	-	64,00			64,00	
	M	-	179,10			179,10	
	T	-	243,10			243,10	5,82%
TOTAL	H	1.397,77	563,90			1.961,67	
	M	946,65	1.270,22			2.216,87	
	T	2.344,42	1.634,12			4.178,54	100,00%

39/72

GRÁFICO 7: COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL E UNIDADE ORGÂNICA





No ano de 2010, verificaram-se na U.Porto um total de 665 entradas³ de colaboradores, sendo que o maior número foi efectuado através de contratos ao abrigo do Código do Trabalho (cerca de 55%) e de bolsas de investigação (cerca de 32%). As entradas de Docentes/ Investigadores representaram cerca de 61% do total.

40/72

QUADRO 14: ENTRADAS DE COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO E O GÉNERO

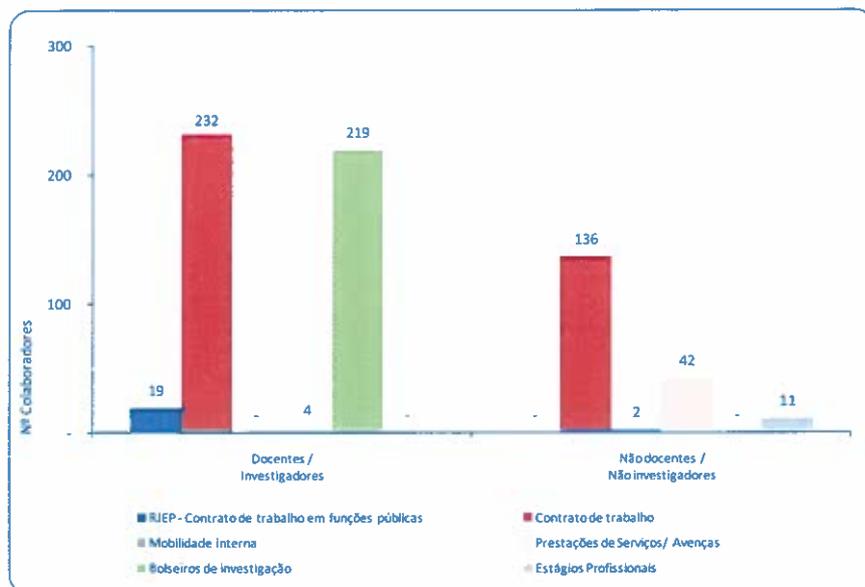
		Docentes / Investigadores		Não docentes / Não investigadores		TOTAL	
						Valor	%
RJEPE - Contrato de trabalho em funções públicas ^(a)	H	12	-	-	12		
	M	7	-	-	7		
	T	19	-	-	19		2,86%
Contrato de trabalho ^(b)	H	151	52	203			
	M	81	84	165			
	T	232	136	368			55,34%
Mobilidade interna	H	-	-	-			
	M	-	2	2			
	T	-	2	2			0,30%
Prestações de Serviços/ Avenças	H	3	15	18			
	M	1	27	28			
	T	4	42	46			6,92%
Bolsas de investigação	H	107	-	107			
	M	112	-	112			
	T	219	-	219			32,93%
Estágios Profissionais	H	-	7	7			
	M	-	4	4			
	T	-	11	11			1,65%
TOTAL	H	273	74	347			
	M	201	117	318			
	T	474	191	665			100,00%

^(a) Inclui os Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, a termo resolutivo certo e a termo resolutivo incerto

^(b) Inclui os Contratos de Trabalho por tempo indeterminado, a termo resolutivo certo e a termo resolutivo incerto e as Comissões de Serviço ao abrigo do Código do Trabalho

³ As entradas e saídas de um colaborador, correspondentes à mesma relação jurídica de emprego, não foram contabilizadas.

GRÁFICO 8: ENTRADAS DE COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO



No ano de 2010, verificaram-se na U.Porto um total de 495 saídas⁴ de colaboradores. A grande maioria foram relativas a colaboradores com bolsas de investigação (cerca de 46%) e com contratos de trabalho em funções públicas (cerca de 36 %). As saídas do grupo dos “Docentes/ Investigadores” corresponderam a cerca de 76% do total.

Quanto ao motivo de saída, verifica-se que o principal foi a caducidade/ término da relação jurídica de emprego que os colaboradores detinham com a U.Porto. Este constituiu também o principal motivo de saída do grupo dos “Docentes/ Investigadores”, representando cerca de 66% do respectivo total. Já no grupo dos “Não docentes/ Não investigadores”, a aposentação representou 48% das saídas, assumindo-se como o principal motivo de saída.

⁴ As entradas e saídas de um colaborador, correspondentes à mesma relação jurídica de emprego, não foram contabilizadas.

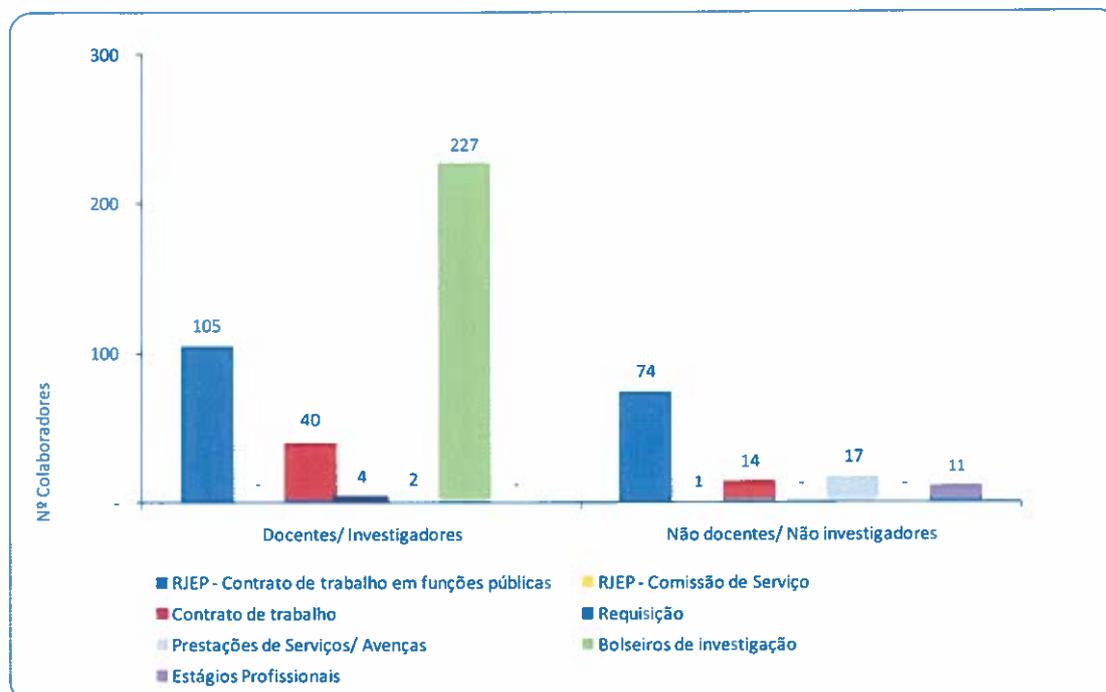
QUADRO 15: SAÍDAS DE COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO, GÉNERO E MOTIVO DE SAÍDA

	RIEP - Contrato de trabalho em funções públicas (a)		RIEP - Comissão de Serviço		Contrato de trabalho (b)		Bolsa		Prestação de Serviços à Aviação		Bolsistas de Investigação		Estágios Profissionais		TOTAL		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Aposentação por limite de idade	6	1	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1	7
Aposentação	25	15	40	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	27	15	42
Gaduidade/ Término	17	6	23	-	-	24	11	35	1	2	1	95	191	-	138	114	252
Denúncia	12	11	23	-	-	3	1	4	-	-	1	1	7	-	17	19	36
Exoneração	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Falecimento	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Mútuo acordo	6	-	6	-	-	1	-	1	-	-	17	11	28	-	24	11	35
Penal disciplinar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sentença judicial	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Sub Total	71	34	105			28	12	40	3	1	4	2	114	227	217	161	378
			21,21%					8,68%			0,81%		0,40%	45,86%			76,36%
Aposentação por limite de idade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aposentação	14	40	54	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	15	41	56
Gaduidade/ Término	4	3	7	-	-	4	4	8	-	6	4	10	-	3	8	11	19
Denúncia	1	1	2	-	-	3	1	4	-	3	3	-	-	-	4	5	9
Exoneração	3	5	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5	8
Falecimento	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Mútuo acordo	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2	2	4	-	-	2	3	5
Penal disciplinar	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Sentença judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub Total	24	50	74			8	6	14			6	9	17		43	74	117
			14,95%					2,63%				3,43%			2,22%		24,64%
TOTAL	95	84	179			36	18	54	3	1	4	19	114	227	260	235	495
			36,16%					10,91%			0,91%		45,86%		2,22%		100,00%

¹ Inclui os Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, a termo resoluto certo e a termo resoluto incerto

² Inclui os Contratos de Trabalho por tempo indeterminado, a termo resoluto certo e a termo resoluto incerto e as Comissões de Serviço ao abrigo do Código do Trabalho

GRÁFICO 9: SAÍDAS DE COLABORADORES POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO



6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Na sequência da transformação da U.Porto numa única entidade contabilística, foi reestruturada toda a organização contabilística e de gestão da instituição. Por esse motivo, em 2009, iniciou-se um projecto de natureza estruturante designado de *“Implementação de um sistema integrado de contabilidade e de controlo de gestão na U.Porto”*, em resultado da aquisição de um novo sistema integrado de gestão (ERP) à empresa Primavera Business Software Solutions.

Esta nova ferramenta que se encontra em produtivo desde Janeiro de 2011, constitui um poderoso instrumento de gestão, dotando a U.Porto e os seus órgãos de gestão de um sistema de informação que permite por um lado, cumprir com as novas regras de reporte contabilístico e financeiro num quadro de regime fundacional e, por outro, obter informação fundamental para a gestão da organização sobre as actividades desenvolvidas, facilitando a descentralização contabilística, assim como a uniformização de procedimentos que garantam a salvaguarda dos activos, a legalidade e a regularidade das operações, a integralidade e exactidão dos registos contabilísticos e a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras.

Ainda no âmbito da passagem a uma única entidade contabilística, importa destacar o Manual das Transacções na U.Porto, documento revisto pela U.Porto em 2010 e que serve de suporte às transacções realizadas internamente na nova organização. Este documento sistematiza as transacções que ocorrem entre entidades da U.Porto, identificando as regras e procedimentos contabilísticos, assim como os respectivos documentos suporte e as consequentes alterações em termos de plano de contas. As novas contas criadas no plano de

contas foram idealizadas de forma a permitir isolar as transacções internas, facilitando o controlo local deste tipo de operações, mas também expurgá-las quando está em causa a prestação de informação da U.Porto como um todo.

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

INTRODUÇÃO

Nas notas ao balanço e à demonstração dos resultados que apresentamos, damos conta das informações relevantes para melhor compreensão das demonstrações financeiras.

A partir do exercício de 2004, as demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POC – Educação. As notas cuja numeração é omissa neste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

O ano de 2010 foi marcado pela concretização das profundas alterações legislativas ocorridas na U.Porto em 2009, das quais se destacam a alteração dos estatutos e a alteração do regime jurídico, assim como pelo início do mandato da actual equipa reitoral e consolidação do novo quadro estatutário da Universidade e dos seus novos órgãos de governo.

Pelos factos expostos, salienta-se que o balanço da U.Porto relativo ao exercício de 2009 espelha a posição financeira da U.Porto como um todo, reportada a 31 de Dezembro de 2009, e a demonstração dos resultados inclui o resultado das operações de 2009 da entidade Universidade do Porto (Reitoria), assim como as realizadas pelas unidades orgânicas a partir de 1 Julho.

45/72

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

1. DISPOSIÇÕES DO POC – EDUCAÇÃO DERROGADAS NO EXERCÍCIO

Foi derogado o princípio contabilístico do custo histórico de acordo com o ponto 4.1.1 do POC – Educação na valorização dos terrenos e edifícios, tendo estes sido registados pelo valor resultante da avaliação.

2. VALORES COMPARATIVOS

Os valores constantes da demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não são comparáveis com os valores do exercício de 2009, pelos factos descritos na **INTRODUÇÃO**.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da U.Porto, mantidos de acordo com princípios contabilísticos definidos no POC – Educação.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem essencialmente a propriedade industrial e outros direitos, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de 5 anos.

b) Imobilizações corpóreas

Terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções e imobilizado em curso:

Os terrenos e recursos naturais e os edifícios e outras construções foram registados nas demonstrações financeiras pelo valor resultante da avaliação efectuada por um perito independente, com referência a 31 de Dezembro de 2005.

Para cada edifício inventariado foi atribuído um custo de substituição em estado novo e um valor actual de construção por metro quadrado, tendo sido para o cálculo deste último, deduzido um valor correspondente à depreciação física verificada, que teve em conta a idade, obras efectuadas e estado de conservação do bem.

Para determinação do valor bruto dos edifícios, adoptou-se a modalidade de multiplicar o custo de substituição do edifício em estado novo pela área do edifício. Para determinação do valor líquido do edifício adoptou-se a modalidade de multiplicar o valor actual de construção por metro quadrado pela área do edifício, sendo as respectivas amortizações acumuladas obtidas pelo diferencial entre o valor bruto e o valor líquido de edifício.

Os critérios de avaliação de todo o património imobiliário foram feitos com base no valor de mercado e no custo de aquisição, para os edifícios construídos após o ano de 2005. A ampliação da Faculdade de Economia, apesar ter sido edificada antes de 2005, não foi objecto de qualquer avaliação pelo facto de se conhecer o custo histórico na sua totalidade, tendo sido registada por esse valor.

Equipamento básico, equipamento de transporte, ferramentas e utensílios, equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas:

As imobilizações corpóreas foram valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, excepto nos casos em que este não foi possível de determinar. Nestes casos, os bens foram valorizados de acordo com os métodos previstos na Portaria n.º 794/2000 de 20 de Setembro, nomeadamente de acordo com o método de valor de mercado.

c) Amortizações

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, iniciando-se a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização, sendo contabilizadas por débito na demonstração de resultados de cada exercício.

Para o efeito, são utilizadas as taxas estabelecidas pela Portaria n.º 378/94, de 16 de Junho ou pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado – CIBE, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de Dezembro de 1999.

Em 2010, tal como no exercício de 2009, os edifícios foram amortizados pelo método das quotas constantes numa base anual.

As taxas médias de amortização são as seguintes:

	<u>Percentagem</u>
Propriedade industrial e outros direitos	20
Equipamento básico	25
Equipamento de transporte	16,66
Ferramentas e utensílios	14,28
Equipamento administrativo	25
Outras imobilizações corpóreas	25

A amortização dos edifícios objecto de avaliação independente é efectuada ao longo da vida útil remanescente, estimada pelos avaliadores independentes.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas, ao valor nominal.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Foi constituída uma provisão para depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização das existências, por este ser inferior ao de custo.

f) Provisão para cobranças duvidosas

Foi constituída uma provisão para cobranças duvidosas de acordo com o critério económico, tendo por base os riscos de cobrabilidade identificados no exercício.

g) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

h) Especialização dos exercícios

A U.Porto regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

i) Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício (transferências correntes), na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos, registando-se no Activo (acréscimos de proveitos), os valores a receber por conta de despesas já incorridas, e no passivo (proveitos diferidos), os adiantamentos. A componente não utilizada dos subsídios recebidos no exercício para financiar despesas de capital foi registada como proveito do exercício (transferências correntes).

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço na rubrica de proveitos diferidos, sendo transferidos para proveitos, através da rubrica de proveitos e ganhos extraordinários, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respectivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

j) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registados como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

k) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 2 do artigo 9º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a U.Porto goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

48/72

6. DESPESAS DE INSTALAÇÃO, DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO E PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS

Em 31 de Dezembro de 2010, estas rubricas tinham a seguinte composição:

31-12-2010	
Despesas de instalação:	-
Despesas de investigação e de desenvolvimento:	-
Propriedade industrial e outros direitos:	
Direitos e licenciamentos	480.711
Outros	120
	480.831
Totais	480.831

A rubrica relativa à propriedade intelectual e outros direitos compreende, essencialmente, o registo de patentes. As aplicações informáticas que se encontravam registadas nesta rubrica em 2009 foram reclassificadas em 2010 para a rubrica de equipamento administrativo, no imobilizado corpóreo.

7. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	2010				
	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	-	-	-	-	-
Despesas de investigação e de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	1.379.220	74.627	-	(973.016)	480.831
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	88.052	6.452	-	(53.798)	40.706
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-	-
	1.467.272	81.079	-	(1.026.814)	521.536
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	191.386.589	-	-	-	191.386.589
Edifícios e outras construções	323.574.967	1.042.560	-	2.156.612	326.774.139
Equipamento e material básico	62.555.374	4.756.038	(757.792)	21.977	66.575.597
Equipamento de transporte	626.044	66.823	-	-	692.867
Ferramentas e utensílios	439.479	42.001	(13.602)	-	467.878
Equipamento administrativo	36.466.668	3.495.509	(686.989)	1.233.957	40.509.145
Taras e vasilhame	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	5.591.766	311.035	(19.386)	23.937	5.907.352
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	18.807.763	32.266.622	-	(2.034.345)	49.040.040
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	669.614	2.180.856	-	(669.614)	2.180.856
	640.118.265	44.161.445	(1.477.770)	732.525	683.534.465
Investimentos financeiros:					
Partes de capital	11.546.797	140.000	(106.706)	-	11.580.091
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-	-
Outros empréstimos concedidos	1.063.970	300.000	(60.387)	-	1.303.583
Investimentos em imóveis	-	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso de investimentos financeiros	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-	-
	12.610.767	440.000	(167.093)	-	12.883.675
Totais	654.196.304	44.682.524	(1.644.863)	(294.289)	696.939.676

Rubricas	2010			
	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	-	-	-	-
Despesas de investigação e de desenvolvimento	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	1.065.820	91.116	(896.742)	260.194
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
	1.065.820	91.116	(896.742)	260.194
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	80.940.358	3.981.738	63.101	84.985.196
Equipamento e material básico	43.500.740	4.877.576	(378.085)	48.000.231
Equipamento de transporte	484.101	48.269	-	532.370
Ferramentas e utensílios	378.206	31.233	(12.477)	396.962
Equipamento administrativo	29.763.183	3.536.426	365.888	33.665.497
Taras e vasilhame	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	2.707.293	281.161	4.997	2.993.451
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	-
	157.773.881	12.756.402	43.424	170.573.707
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	106.706	-	(106.706)	-
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
Outros empréstimos concedidos	60.387	-	(60.387)	-
Investimentos em imóveis	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
Imobilizações em curso de investimentos financeiros	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
	167.093	-	(167.093)	-
Totais	159.006.794	12.847.518	(1.020.411)	170.833.902

8. COMPOSIÇÃO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Terrenos e Recursos Naturais

Esta rubrica inclui os terrenos onde estão implantados os edifícios da Reitoria, unidades orgânicas, estádio universitário, casas e prédios, institutos e observatórios, dos quais se destacam os seguintes valores a 31 de Dezembro de 2010:

Terrenos e Recursos Naturais	31-12-2010
Terrenos da Faculdade de Engenharia	23.985.750
Terrenos da Faculdade de Ciências	16.157.760
Terrenos dos Serviços de Acção Social	15.220.010
Terreno das novas instalações do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar/Faculdade de Farmácia	13.163.360
Terrenos da Faculdade de Desporto	9.790.075
Terreno do edifício histórico da Reitoria	9.209.160
Terrenos da Faculdade de Economia	7.421.100
Terrenos da Faculdade de Letras	6.722.480
Terrenos da Faculdade de Arquitectura	5.266.560
Terrenos da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação	5.203.450
Terrenos do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	4.540.920
Terreno da Quinta Burmester	4.192.973
Terreno do Estádio Universitário	4.153.425
Terreno do Edifício "Parcauto"	3.939.700
Terrenos da Faculdade de Belas Artes	3.498.821
Terreno do IBMC	3.315.180
Terrenos da Faculdade de Medicina	3.040.250
Terreno do Parque de Ciência e Tecnologia	2.750.000
Terrenos da Faculdade de Medicina Dentária	2.717.100
Terrenos para a Faculdade de Medicina	2.709.500
Terreno do Jardim Botânico	2.706.275
Terreno para residência universitária	2.577.000
Terreno a sul da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação	2.523.250
Terrenos da Faculdade de Direito	2.223.200
Terreno para a Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação	2.215.000
Terreno do antigo colégio Almeida Garrett	2.174.850
Terreno do INEGI	2.070.600
Terrenos da Faculdade de Farmácia	1.999.260
Terreno do IPATIMUP	1.742.700
Outros terrenos	24.156.880
Total	191.386.589

Na sequência da avaliação dos terrenos e edifícios da U.Porto, e nos termos do POC – Educação, quando um bem é adquirido ou possuído por uma “entidade-mãe” com a finalidade de ser afecto, de forma permanente, a uma entidade do grupo com estatuto de direito público, o bem deverá ser inscrito no património desta, sem prejuízo da propriedade jurídica se manter na “entidade-mãe”.

Edifícios e Outras Construções

No que se refere às variações ocorridas nesta rubrica, destacam-se os aumentos relativos a obras efectuadas na Faculdade de Engenharia, registadas directamente nesta rubrica e que ascenderam ao montante de 973 milhares de Euros, assim como as transferências para imobilizado firme dos custos que se encontravam registados em imobilizado em curso relativo a obras na Reitoria, que se cifraram em cerca de 567 milhares de Euros, e pela transferência da obra relativa à cantina da Faculdade de Direito, que ascendeu a cerca de 1 milhão de Euros.

No saldo desta componente a 31 de Dezembro de 2010 salientamos o seguinte:

Edifícios e outras construções	31-12-2010
Edifícios da Faculdade de Engenharia	62.654.004
Edifícios da Faculdade de Ciências	43.471.777
Edifícios dos Serviços de Acção Social	32.273.961
Edifício histórico da Reitoria	20.869.032
Edifícios da Faculdade de Economia	15.563.538
Edifícios da Faculdade de Letras	14.096.918
Edifícios da Faculdade de Desporto	14.019.900
Edifícios da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação	11.713.583
Edifício "Parcauto"	9.744.905
Edifícios da Faculdade de Arquitectura	9.697.509
Edifícios da Faculdade de Medicina	9.120.750
Edifícios da Faculdade de Belas Artes	8.664.782
Edifícios do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	8.105.800
Edifícios da Faculdade de Medicina Dentária	7.082.600
Edifício do IBMC	6.647.200
Edifício da antiga Reitoria (novas instalações do Instituto de Ciências)	6.615.000
Edifícios da Faculdade de Direito	6.604.180
Edifícios da Faculdade de Farmácia	5.341.265
Edifício do antigo colégio Almeida Garrett	3.845.000
Edifício do Jardim Botânico	3.031.075
Edifício do IPATIMUP	2.803.500
Outros edifícios e outras construções	24.807.860
Total	326.774.139

52/72

Salientamos ainda que, na sequência do Decreto-Lei n.º 252/97, através do Despacho Conjunto n.º 20/2005 e do Despacho Conjunto n.º 19639/2007, determinou-se a passagem para a U.Porto da maior parte dos imóveis do domínio privado do Estado.

Contudo, com base no princípio da substância sobre a forma, os imóveis que ainda não foram transferidos e registados em nome da U.Porto, por falta do referido registo, já se encontram contabilizados nas suas contas.

Equipamento Básico

Os aumentos verificados nesta rubrica são essencialmente relacionados com a aquisição de equipamentos destinados à investigação.

Equipamento Administrativo

Os aumentos verificados nesta rubrica incluem aquisições de equipamento informático e material de escritório, assim como aplicações informáticas que foram reclassificadas em 2010 para a rubrica de equipamento administrativo, no imobilizado corpóreo.

12. COMPOSIÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, importa fazer referência à seguinte informação adicional relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

	31-12-2010			
	Imobilizações corpóreas			Imobilizações em curso
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	
Imobilizações em poder de terceiros	3.289.982	(1.918.114)	1.371.868	-
Imobilizações implantadas em propriedade alheia	218.162	(21.816)	196.346	-
Imobilizações localizadas no estrangeiro	-	-	-	-
Imobilizações reversíveis	-	-	-	-
Imobilizações afectas às actividades da entidade	628.805.423	(168.633.777)	460.171.646	51.220.897
Totais	632.313.568	(170.573.707)	461.739.861	51.220.897

As imobilizações em poder de terceiros correspondem a bens adquiridos pela U.Porto que se encontram a ser utilizados em instalações de terceiros, sob a responsabilidade de docentes.

As imobilizações em curso em 31 de Dezembro de 2010 incluem, essencialmente, um conjunto de obras associadas às unidades orgânicas identificadas no seguinte quadro:

	31.12.2010
	Imobilizações em curso
Construção das novas instalações do ICBAS e FFUP	21.910.882
Construção das novas instalações da FMUP	18.883.759
Auditorias e obras no âmbito do protocolo entre o Estado Português e a U.Porto relativo à melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos	6.342.757
Implementação do ERP Primavera	1.543.549
Recuperação da Casa Andersen	1.064.614
Projecto de construção das instalações do I3S	576.869
Projecto de construção das instalações da FCNAUP	458.961
Outras imobilizações em curso	439.506
Totais	51.220.897

Em 2010, foram integrados no activo da U.Porto bens doados por um conjunto de entidades (nomeadamente, ITBQ – Instituto de Tecnologia Química e Biológica; FCCN - Fundação para a Computação Científica Nacional; ERGOTECH Consulting, S.L / Equipamento de Investigação; Climastar-Energica Confort Climatização, Lda; Jayme da Costa – Mecânica e Electricidade, S.A.; Q&F – Comércio de Automóveis, Lda.; Hidromática – Soluções de Automação, S.A.; Baviera-Comércio de Automóveis, S.A.; Costa & Garcia - Equipamentos Industriais S.A, Amândio Adalberto Gomes Leocádio/Manuel José Santos Aires, Recauchutagem Nortenha SA; CIL-Centro de Informática, S.A./FCCN - Fundação para a Computação Científica Nacional/Hewlett-Packard, Lda/Novabase/Power On, Consultadoria e Comércio de Equipamento Informático, Lda/XEROX Portugal - Equipamentos de Escritório, Lda/AV Power, Lda./XECPORTO Rep. Com. Equip. Escritório Lda/Peixoto, Soares Peixoto, Lda/Radio Popular - Electrodomésticos, Schneider Electric Portugal-Aparelhagem Eléctrica,Lda, Fluidcontrol, S.A.; Associação Angiovasc, Inopat- Comercialização de Produtos e Equipamentos de Biociências e Diagnóstico, S.A., Frilabo, Lda , Paulo Aroso Oliveira, Unip., Lda, Bial, Sanofi Aventis, Produtos Farmacêuticos, SA; Laboratório Janssen, Associação Angiovasc, TMN, Wyeth Lederle Portugal (Farma), Lda, Schering-Plough Farma, CIL- Centro de Informática, S.A., Astellas Farma, Ltdª, Laboratório Novartis Farma, Associação dos Amigos do Serviço do Hospital S. João, Dias de Sousa, S.A., Laboratório Inter Bial-Produtos Farmacêuticos, S.A.,General Electrics, Jofax, pelos valores constantes do quadro que se segue:

	31-12-2010		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	-	-	-
Edifícios e outras construções	3.000	(120)	2.880
Equipamento e material básico	145.564	(125.466)	20.099
Equipamento de transporte	14.510	(2.592)	11.918
Ferramentas e utensílios	-	-	-
Equipamento administrativo	295.996	(180.098)	115.898
Taras e vasilhame	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	396	(371)	25
Imobilizações em curso	4.810	-	4.810
Totais	464.277	(308.646)	155.631

14. IMOBILIZADO NÃO VALORIZADO

Unidade orgânica	Bens não valorizados	Razões da impossibilidade da valorização
Faculdade de Arquitectura	Bens adquiridos antes de 2005	Não foram objecto de inventariação.
	Espólio da Biblioteca	Relação custo/benefício não compensa.
Faculdade de Ciências	Livros e outro espólio das bibliotecas adquiridos até 31/12/2000	Especificidade e custos associados.
	Objectos de arte localizados nos diversos museus e edifícios	Especificidade e custos associados.
Faculdade de Engenharia	Bens de museu, livros e materiais similares existentes e adquiridos até 31/12/2001	Dificuldades técnicas.
Faculdade de Farmácia	Instrumentos científicos antigos, obras de arte e quadros identificados no inventário levado a cabo em 2002, assim como os doados, por particulares, em 2004 e 2005/ Equipamento informático antigo doado por particulares, em 2009	Relação custo/benefício não compensa.
Faculdade de Letras	Património bibliográfico anterior a 2003	Especificidade e custos associados.
Faculdade de Medicina Dentária	Espólio da Biblioteca	Relação custo/benefício não compensa.
Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar	Livros da Biblioteca	Relação custo/benefício não compensa.
Serviços de Acção Social	Livros e Obras de Arte	Serão objecto de um trabalho específico de avaliadores habilitados para o efeito.

16. ENTIDADES PARTICIPADAS

a) Em 31 de Dezembro de 2010, as entidades nas quais a U.Porto detém participações financeiras e a respectiva informação financeira disponível, reportada àquela data, é a seguinte:

Designação	Sede	Participação (porcentagem)	Custo da Aquisição	Ano	Últimas Contas Disponíveis ^a		
					Capital Próprio	Proveitos Totais	Resultado Líquido
ADENE – Agência para a Energia	Algés	0,29%	2.993	2009	34.619.949	15.503.907	682.398
AIFF - Ass. Competitividade da Indústria da Fileira Florestal	Porto	0,81%	500	2010	40.121	71.281	(30.882)
Associação de Desenvolvimento da FCUP	Porto	44,44%	4.988	2007	97.494	1.082.588	48.015
Associação do Parque da Ciência e Tecnologia do Porto	Porto	3,03%	9.976	2009	6.838.362	560.911	(136.086)
AURN - Associação das Universidades da Região Norte	Porto	20,00%	35.427	2009	35.764	753	(9.921)
BERD – Projecto, Investigação e Engenharia de Pontes, SA	Porto	0,0005%	30	2009	4.838.690	4.230.770	(276.558)
CESAE - Centro de Serviços e Apoio às Empresas	Porto	3,00%	14.982	2009	1.981.023	8.067.146	777.501
CeNTItvc - Centro de Nanotec. e Mat. Técnicos, Funcionais e Intelig.	VNF	10,00%	50.000	2010	4.915.476	1.654.777	236.299
FCD - Fundação Ciência e Desenvolvimento	Porto	50,00%	2.493.990	2009	3.518.687	1.819.729	(115.834)
FGT - Fundação Gomes Teixeira	Porto	100,00%	259.940	2009	224.794	1.117.077	2.751
FLUIDINOVA, Engenharia de Fluidos, SA	M.Maia	0,19%	2.500	2009	591.847	419.314	(461.813)
Fundação CEER - Centro de Estudos Euroregionais	Porto	-	3.061	-	-	-	-
Fundação da AEP - Associação Empresarial de Portugal	-	-	25.000	-	-	-	-
Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva	Porto	100,00%	1.585.537	2009	2.567.881	240.178	584
Fundação Portugal África	Porto	0,04%	4.988	2009	11.703.353	1.847.406	148.877
IDARN - Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte	Porto	0,63%	6.000	2009	(110.990)	307.826	5.745
IDIT - Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica	SMF	12,64%	274.339	2009	895.219	2.304.536	52.609
INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	Porto	39,71%	587.187	2010	7.605.846	5.992.086	(92.311)
INESC – Instituto Engenharia de Sistemas e Computadores	Lisboa	12,48%	3.355.000	2009	13.719.806	2.848.959	(8.404)
INESC PORTO – Inst. Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto	Porto	61,93%	774.159	2009	1.297.521	8.398.021	7.399
INOVA.GAIA - Assoc. Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG	V.N.Gaia	0,90%	12.500	2009	842.156	180.593	(266.611)
Loja da Universidade do Porto, Lda	Porto	0,005%	500	2009	100.537	143.028	537
PALCOS DA REALIDADE – Computação Gráfica, Lda.	Porto	5,00%	250	2009	3.428	-	(155)
Promonet - Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnologias	Porto	12,45%	75.000	2009	535.038	44.139	20.041
Universidade do Porto, SGPS, Unipessoal, Lda.	Porto	100,00%	373.245	2009	358.657	30.036	(4.349)
UPBS - University of Porto Business School	Porto	27,31%	420.000	2009	2.041.896	5.482.088	(224.148)
UPMEDIA - Conteúdos Multimédia, Lda.	Porto	20,00%	1.000	2009	(16.822)	101.984	(5.268)
UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela	Porto	81,39%	1.207.000	2009	1.214.978	325.423	(143.975)
					11.580.091		

^a Em virtude da adopção do SNC, para as entidades que disponibilizaram as contas de 2010, a informação contida na coluna dos "Proveitos Totais" corresponde ao montante dos "Rendimentos Totais"

b) Durante o exercício de 2010, o movimento ocorrido na rubrica de Investimentos financeiros foi o seguinte:

Designação	2010			
	Saldo Inicial	Aumentos	Ajustamentos	Saldo final
ADENE – Agência para a Energia	2.993	-	-	2.993
AIFF - Ass. Competitividade da Indústria da Fileira Florestal	500	-	-	500
Associação de Desenvolvimento da FCUP	4.988	-	-	4.988
Associação do Parque da Ciência e Tecnologia do Porto	9.976	-	-	9.976
AURN – Associação das Universidades da Região Norte	35.427	-	-	35.427
BERD – Projecto, Investigação e Engenharia de Pontes, SA	30	-	-	30
CESAE – Centro de Serviços e Apoio às Empresas	14.982	-	-	14.982
CeNTítvc - Centro de Nanotecnologia e Mat. Técnicos, Funcionais e Intelig.	50.000	-	-	50.000
FCD – Fundação Ciência e Desenvolvimento	2.493.990	-	-	2.493.990
FGT – Fundação Gomes Teixeira	174.940	85.000	-	259.940
FLUIDINOVA, Engenharia de Fluidos, SA	2.500	-	-	2.500
Fundação CEER – Centro de Estudos Euroregionais	3.061	-	-	3.061
Fundação da AEP – Associação Empresarial de Portugal	25.000	-	-	25.000
Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva	1.585.537	-	-	1.585.537
Fundação Portugal África	4.988	-	-	4.988
IDARN – Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte	1.000	5.000	-	6.000
IDIT – Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica	274.339	-	-	274.339
INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	587.187	-	-	587.187
INESC – Instituto Engenharia de Sistemas e Computadores	3.355.000	-	-	3.355.000
INESC PORTO – Inst. Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto	724.159	50.000	-	774.159
INOVA.GAIA - Assoc. Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG	12.500	-	-	12.500
Loja da Universidade do Porto, Lda	500	-	-	500
PALCOS DA REALIDADE – Computação Gráfica, Lda.	250	-	-	250
Promonet – Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnologias	75.000	-	-	75.000
SOGIST – Sociedade de Incubação Sectorial, S.A.	106.706	-	(106.706)	-
Universidade do Porto, SGPS, Unipessoal, Lda.	373.245	-	-	373.245
UPBS – University of Porto Business School	420.000	-	-	420.000
UPMEDIA – Conteúdos Multimédia, Lda.	1.000	-	-	1.000
UPTEC – Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela	1.207.000	-	-	1.207.000
Totais	11.546.797	140.000	(106.706)	11.580.091

57/72

17. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Títulos negociáveis compõe-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2010		
	Quantidade	Valor Nominal	Valor Contabilístico
Acções			
Obrigações e títulos de participação			
Títulos de dívida pública			
Outros títulos			
Unidades de participação em fundos de investimento			
BPI - Fundo de investimento	6.310,67	6,97	44.015
Outros			
Alico - Fundo de Poupança			281.891
Totais			325.906

22. EXISTÊNCIAS EM TRÂNSITO, CONSIGNADAS OU À GUARDA DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010, existiam fora da U.Porto as seguintes existências:

	31-12-2010
Em consignação	12.289
Em trânsito	-
À guarda de terceiros	-
Totais	12.289

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 existiam as seguintes dívidas de cobrança duvidosa:

	31-12-2010	Provisões 2010	31-12-2009
Clientes	300.968	300.968	399.796
Utentes	86.631	86.631	82.162
Outras entidades	567.530	567.530	444.772
Alunos	3.294.996	3.291.594	1.649.775
Totais	4.250.126	4.246.724	2.576.505

58/72

24. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2010, a U.Porto tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

	31-12-2010
Saldos devedores	4.541
Saldos credores	(8.018)
Totais	(3.478)

31. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de Provisões:

Código das contas	Contas	Provisões acumuladas			Saldo Final
		Saldo Inicial	Aumento	Redução	
19	Provisões para aplicações de tesouraria	-	-	-	-
291	Provisões para cobranças duvidosas:				
	Clientes	211.127	99.920	(10.079)	300.968
	Utentes	82.162	6.556	(2.087)	86.631
	Outras entidades	444.772	122.758	-	567.530
	Alunos	1.838.444	1.476.057	(22.907)	3.291.594
		2.576.505	1.705.292	(35.073)	4.246.724
292	Provisão para riscos e encargos	20.000	-	(15.000)	5.000
39	Provisão para depreciação de existências	42.026	-	(1.813)	40.213
49	Provisões para investimentos financeiros	167.093	-	(167.093)	-
	Totais	2.805.623	1.705.292	(218.978)	4.291.936

A constituição de provisões para cobrança duvidosa foi efectuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC – Educação. Foram constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respectivo vencimento e para as quais existiam diligências para o seu recebimento. A taxa de provisão considerada foi de 100%.

59/72

32. MOVIMENTO OCORRIDO NO FUNDO PATRIMONIAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica do Fundo patrimonial:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Património	442.024.495	685	-	442.025.179
Ajust. partes de capital em empresas ou entidades	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	-	-	-
Reservas:				
Reservas legais	282.001	-	-	282.001
Reservas estatutárias	-	-	-	-
Reservas contratuais	-	-	-	-
Reservas livres	1.620.585	-	-	1.620.585
Subsídios	-	-	-	-
Doações	478.759	297.617	(73.877)	702.499
Reservas decorrentes da transf. activos	-	-	-	-
Resultados Transitados	17.023.477	1.632.979	(5.394.632)	13.261.824
	461.429.316	1.931.281	(5.468.509)	457.892.088
Resultado líquido:				
Exercício de 2009	(2.642.190)	2.642.190	-	-
Exercício de 2010	-	9.617.167	-	9.617.167
	(2.642.190)	12.259.357	-	9.617.167
Totais	458.787.126	14.190.638	(5.468.509)	467.509.256

33. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no exercício de 2010, foi determinado como se segue:

Rubricas	2010		2009	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
(+) Existências iniciais	867.419	522.603	881.077	529.690
(+) Compras	214.193	2.274.616	113.386	1.168.121
(+/-) Regularização de existências	9.148	(32.845)	(12.094)	6.999
(-) Existências finais	(921.040)	(388.477)	(867.419)	(522.603)
Custos no exercício	169.720	2.375.897	114.950	1.182.207

35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços em 2010 e 2009 distribuem-se geograficamente da seguinte forma:

	2010	2009
Vendas e Prestações de serviços:		
Mercado interno	15.768.451	8.095.266
Mercado externo	521.641	547.520
Totais	16.290.091	8.642.786

60/72

As vendas e prestações de serviços em 2010 e 2009 distribuem-se pelas seguintes actividades:

	2010	2009
Vendas:		
Fotocópias, impressos e publicações	196.678	95.108
Cadernos de encargos	-	-
Outros bens	87.173	46.921
Refeições	2.788.028	1.228.733
	3.071.879	1.370.762
Prestação de serviços:		
Acções de formação, seminários e outros	2.229.601	1.283.771
Assistência técnica	50.777	119.976
Estudos, pareceres e consultadoria	4.325.714	2.481.720
Realização de análises diversas	1.451.933	1.559.695
Realização de trabalhos gráficos	52.662	43.069
Serviços clínicos, consultas e exames	1.661.243	387.482
Serviços de docência	936.784	441.911
Serviços de alimentação e de alojamento	1.567.740	604.985
Serviços diversos	941.758	349.416
	13.218.213	7.272.024
Totais	16.290.091	8.642.786

37. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Código das contas	Rubrica	2010	2009
Custos e perdas:			
681	Juros suportados	647	199
682	Perdas em entidades e subentidades	-	-
683	Amortizações de investimentos em imóveis	-	-
684	Provisões para aplicações financeiras	-	-
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	7.789	3.566
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	-	-
688	Outros custos e perdas financeiros	69.668	44.568
	Resultados financeiros	338.358	125.026
		416.462	173.359
Proveitos e ganhos			
781	Juros obtidos	343.126	159.239
782	Ganhos em entidades e subentidades	-	-
783	Rendimentos de imóveis	65.762	4.800
784	Rendimentos de participações de capital	-	-
785	Diferenças de câmbio favoráveis	3.562	2.309
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	4.012	7.010
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	-	-
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-
		416.462	173.359

61/72

38. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Código das contas	Rubrica	2010	2009
Custos e perdas			
691	Transferências de capital concedidas	-	-
692	Dívidas incobráveis	350	14.665
693	Perdas em existências	57.384	5.656
694	Perdas em imobilizações	25.556	59.399
695	Multas e penalidades	3.272	18.186
696	Aumentos de amortizações e provisões	-	33.727
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	1.192.214	208.164
698	Outros custos e perdas extraordinárias	71.703	53.548
	Resultados extraordinários	3.513.448	3.004.803
		4.863.929	3.398.146
Proveitos e ganhos			
791	Restituições de impostos	-	4.537
792	Recuperação de dívidas	3.060	3.253
793	Ganhos em existências	6.045	10.179
794	Ganhos em imobilizações	9.928	2.474
795	Benefícios de penalidades contratuais	-	-
796	Redução de amortizações e de provisões	51.156	4.750
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	813.099	373.007
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	3.980.641	2.999.947
		4.863.929	3.398.146

O montante evidenciado na rubrica dos outros proveitos e ganhos extraordinários corresponde, essencialmente, ao reconhecimento dos proveitos relacionados com subsídios ao investimento, na proporção das amortizações dos respectivos bens subsidiados.

39. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO TAIS COMO AS QUE SE SEGUEM:

a) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções na fonte	4.248	19.024
Imposto sobre o valor acrescentado	54.630	2.887
Imposto de selo	-	42.045
Contribuições para a segurança social	46.469	57.582
	<u>105.347</u>	<u>121.537</u>
Saldos credores		
Retenção de impostos sobre rendimentos		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	663.287	1.224.002
Imposto sobre o valor acrescentado	511.522	257.955
Restantes impostos	33	420.413
Contribuições para a segurança social	1.905.170	1.303.263
	<u>3.080.011</u>	<u>3.205.633</u>

b) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

	2010	2009
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	121.238	15.952
Bolsas de estudo a receber	-	6.175
Propinas a receber	863.309	456.822
Prestações de serviços	666.083	
Subsídios correntes	160.957	1.370.149
Outros acréscimos de proveitos	425.729	
	<u>2.237.317</u>	<u>1.849.097</u>
Custos diferidos:		
Fornecimentos e serviços externos	529.409	683.593
Outros custos diferidos	216.354	
	<u>745.763</u>	<u>683.593</u>
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	18.282.077	18.798.574
Juros a liquidar	573	-
Bolsas de estudo a liquidar	2.096	8.743
Fornecimentos e serviços externos	455.970	539.984
Outros acréscimos de custos	227.564	
	<u>18.968.280</u>	<u>19.347.301</u>
Proveitos diferidos:		
Propinas	6.456.354	6.342.180
Subsídios correntes	37.351.195	26.789.735
Subsídios ao investimento	109.663.408	98.002.182
Prestações de serviços	61.532	514.598
Outros proveitos diferidos	974.460	
	<u>154.506.948</u>	<u>131.648.696</u>

Decorrente da estratégia de internacionalização da U.Porto, os proveitos diferidos relacionados com os financiamentos dos projectos de mobilidade e cooperação ascendem a cerca de 13 milhões de Euros, representando aproximadamente 34% da rubrica de Subsídios correntes.

A U.Porto encontra-se actualmente a promover um conjunto de obras de grande envergadura para as quais obteve financiamentos. De acordo com o princípio da especialização do exercício, estes financiamentos foram diferidos e justificam cerca de 56% do montante evidenciado na rubrica de rubrica de Subsídios para investimentos.

	31-12-2010
Construção e equipamento das novas instalações do ICBAS e da FFUP	31.433.331
Construção e equipamento das novas instalações da FMUP	23.175.157
Protocolo entre o Estado Português e a U.Porto relativo à comparticipação de auditorias e de obras com vista à melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos	6.512.507
Total	61.120.995

c) IMPOSTOS E TAXAS

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2010	2009
Impostos directos	-	-
Impostos indirectos	-	-
Taxas:		
Propinas:		
De formação inicial	22.280.294	10.457.305
De pós-graduações	1.042.477	603.575
De mestrados	5.703.626	3.416.161
De doutoramentos	4.896.377	1.758.098
Outras propinas	33.500	66.042
Taxas de matrícula	67.668	58.253
Taxas de exames	18.790	2.357
Taxas de melhorias de notas	69.658	24.447
Seguro escolar	28.329	24.568
Cartas de curso	160.304	529.992
Outras taxas	512.481	
	34.813.505	16.940.799
Multas	138.733	65.119
Emolumentos	580.785	349.525
Outros	3.754	30.417
Totais	35.536.776	17.385.860

d) PROVEITOS SUPLEMENTARES

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2010	2009
Serviços sociais	-	-
Aluguer de equipamento	23.344,74	8.899
Aluguer de instalações:		
Aluguer de salas	136.006	113.097
Aluguer de habitações	7.053	39.957
Aluguer de instalações desportivas	109.564	40.018
Aluguer de outros espaços	326.738	83.995
	579.361	277.068
Outros alugueres	-	94.104
Estudos, projectos e assistência tecnológica	55.179	213.541
Não especificados	2.850	21.819
Outros proveitos suplementares:		
Compensação de água e luz	34.552	29.084
Compensação de telefones	767	688
Compensação de gás	448	23.387
Outros	210.859	142.255
	246.626	195.414
Totais	907.360	810.844

65/72

e) TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2010	2009
Transferências e subsídios correntes:		
Financiamento do Estado	136.583.744	69.237.266
Sector público	11.115.093	7.113.057
Sector privado	2.102.934	916.659
Famílias	6.100	7.209
Exterior	10.063.686	7.260.522
Outros	2.862.269	652.742
Totais	162.733.826	85.187.457

f) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2010	2009
Subcontratos	-	-
Electricidade	2.673.043	1.314.837
Combustíveis	225.862	100.224
Água	792.775	420.231
Outros Fluidos	438.281	143.289
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	563.795	260.614
Livros e documentação técnica	115.553	142.544
Material de escritório	520.952	311.964
Artigos para oferta	162.992	104.229
Rendas e alugueres	653.082	417.222
Despesas de representação	1.162.576	641.212
Comunicação	732.801	472.331
Seguros	262.851	174.495
Royalties	5.495	-
Transportes de mercadorias	25.393	30.444
Transportes de pessoal	17.134	10.681
Deslocações e estadas	2.619.484	1.253.331
Honorários	3.350.587	1.891.468
Contencioso e notariado	7.712	7.478
Conservação e reparação	2.740.770	1.477.890
Publicidade e propaganda	372.397	174.207
Limpeza, higiene e conforto	2.366.230	1.225.497
Vigilância e segurança	2.082.539	1.158.156
Trabalhos especializados	5.598.731	2.941.013
Lúdico e didático	1.180.661	661.797
Publicações on-line	788.511	648.392
Consumíveis laboratoriais	223.098	107.515
Inscrições em congressos e seminários	425.711	325.164
Materiais para cartas de curso	4.986	119.103
Outros fornecimentos e serviços	4.288.832	1.703.606
Totais	34.402.834	18.238.932

g) CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2010	2009
Remunerações dos Órgãos de Governo:		
Remuneração base	588.388	502.747
Subsídio de férias e de Natal	89.156	78.860
Suplementos de remunerações ^a	5.986	-
Prestações sociais directas ^a	3.936	-
Outras remunerações ^a	16.235	-
	703.701	581.606
Remunerações do Pessoal - remuneração base:		
	99.427.838	52.448.286
	99.427.838	52.448.286
Remunerações do Pessoal - outras remunerações:		
Subsídio de férias e de Natal	16.295.193	10.235.727
Suplementos de remunerações	7.870.251	-
Prestações sociais directas	993.332	6.013.714
Outras remunerações	279.032	-
	25.437.808	16.249.441
Outros:		
Pensões e prémios para pensões	51.805	29.722
Encargos sobre remunerações	19.289.493	8.344.705
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	26.326	13.957
Encargos sociais voluntários	4.611	1.475.476
Outros custos com o pessoal	1.882.708	-
	1.882.708	1.475.476
	21.254.943	9.863.860
Totais	146.824.289	79.143.194

^a Em 2009, os montantes associados a estas rubricas encontram-se incluídas em "Remunerações ao Pessoal - outras remunerações: Suplementos de remunerações; Prestações sociais directas; Outras remunerações"

h) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2010	2009
Transferências correntes concedidas:		
Sector público	264.338	1.114.502
Sector privado	862.231	-
Famílias	8.750.220	8.448.094
Exterior	663.349	363.389
Outras	873.894	350.946
Totais	11.414.032	10.276.932

i) OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2010	2009
Impostos e taxas	124.392	28.121
Quotizações	151.743	86.758
Despesas com propriedade industrial	391.046	228.071
Ofertas de existências	2.755	73.836
Outros custos e perdas operacionais	113.269	
Totais	783.204	416.787

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Jorge Manuel Felizes Morgado
Revisor Oficial de Contas

Inscrição na OROC n.º 775
Contribuinte n.º 109 318 200

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Senhores Membros do Conselho Geral
da Universidade do Porto**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que me foi confiado, venho submeter à vossa apreciação o meu Relatório e Parecer que abrange a actividade por mim desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Universidade do Porto (U.Porto), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais são da responsabilidade do Conselho de Gestão.

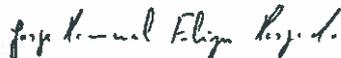
Acompanhei, com a periodicidade e a extensão que considero adequada, a evolução da actividade da U.Porto, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Gestão e dos diversos serviços da U.Porto as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das minhas funções, examinei o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedi à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2010 preparado pelo Conselho de Gestão. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emiti nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui uma ênfase.

Face ao exposto, sou de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como as propostas nele expressas, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Reunião do Conselho Geral.

Desejo ainda manifestar ao Conselho de Gestão e aos serviços da U.Porto o meu apreço pela colaboração prestada.

Porto, 11 de Abril de 2011



Jorge Manuel Felizes Morgado (ROC n.º 775)

Sede	Escritório
Rua Alfredo Keil, 273 - 8.º Esquerdo 4150-049 Porto Portugal Tel. +351 226 170 231	Ed. Península, Pr. do Bom Sucesso, 127/131 4.º Sala 404 4150-148 Porto Portugal Tel. +351 226 052 760 Fax +351 226 052 779

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Jorge Manuel Felizes Morgado
 Revisor Oficial de Contas

Inscrição na OROC n.º 775
 Contribuinte n.º 109 318 200

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras da Universidade do Porto, ("U.Porto"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 656.368.426 Euros e um total de fundos próprios de 467.509.256 Euros, incluindo um resultado líquido de 9.617.167 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Gestão da U.Porto a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da U.Porto, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Sede
 Rua Alfredo Keil,
 273 – 6.º Esquerdo
 4150-049 Porto
 Portugal
 Tel. +351 226 170 231

Escritório
 Ed. Península, Pr. do Bom Sucesso,
 1277/131 4.º Sala 404
 4150-146 Porto Portugal
 Tel. +351 226 052 760
 Fax +351 226 052 779



70/72

Jorge Manuel Felizes Morgado
Revisor Oficial de Contas

Inscrição na OROC nº 775
Contribuinte nº 109 318 200

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

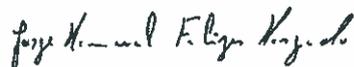
Opinião

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da U.Porto em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o Sector da Educação em Portugal.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, e conforme referido no ponto 4 do relatório de gestão, saliento que o resultado líquido apresentado para efeitos comparativos, bem como todas as rubricas da demonstração dos resultados, conterem o resultado das operações anuais da Reitoria e o resultado das operações referentes ao segundo semestre das restantes unidades orgânicas, dado que com referência a 1 de Julho de 2009 passam a constituir-se como uma única entidade com personalidade jurídica. Pelos motivos expostos, os valores constantes das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2009 não são directamente comparáveis com os valores correspondentes do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Porto, 11 de Abril de 2011



Jorge Manuel Felizes Morgado (ROC n.º 775)

ABREVIATURAS

BCE (Banco Central Europeu)

DGES (Direcção Geral do Ensino Superior)

FAUP (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)

FBAUP (Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto)

FCUP (Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

FCNAUP (Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto)

FADEUP (Faculdade de Desporto da Universidade do Porto)

FDUP (Faculdade de Direito da Universidade do Porto)

FEP (Faculdade de Economia da Universidade do Porto)

FEUP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

FFUP (Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto)

FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

FMI (Fundo Monetário Internacional)

FMUP (Faculdade de Medicina da Universidade do Porto)

FPCEUP (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto)

ICBAS (Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar)

PIB (Produto Interno Bruto)

POVT (Programa Operacional de Valorização do Território)

P.P. (Pontos Percentuais)

RJIES (Regime Jurídico Instituições de Ensino Superior)

SASUP (Serviços de Acção Social da Universidade do Porto)